

Observatório da Oposição 2026

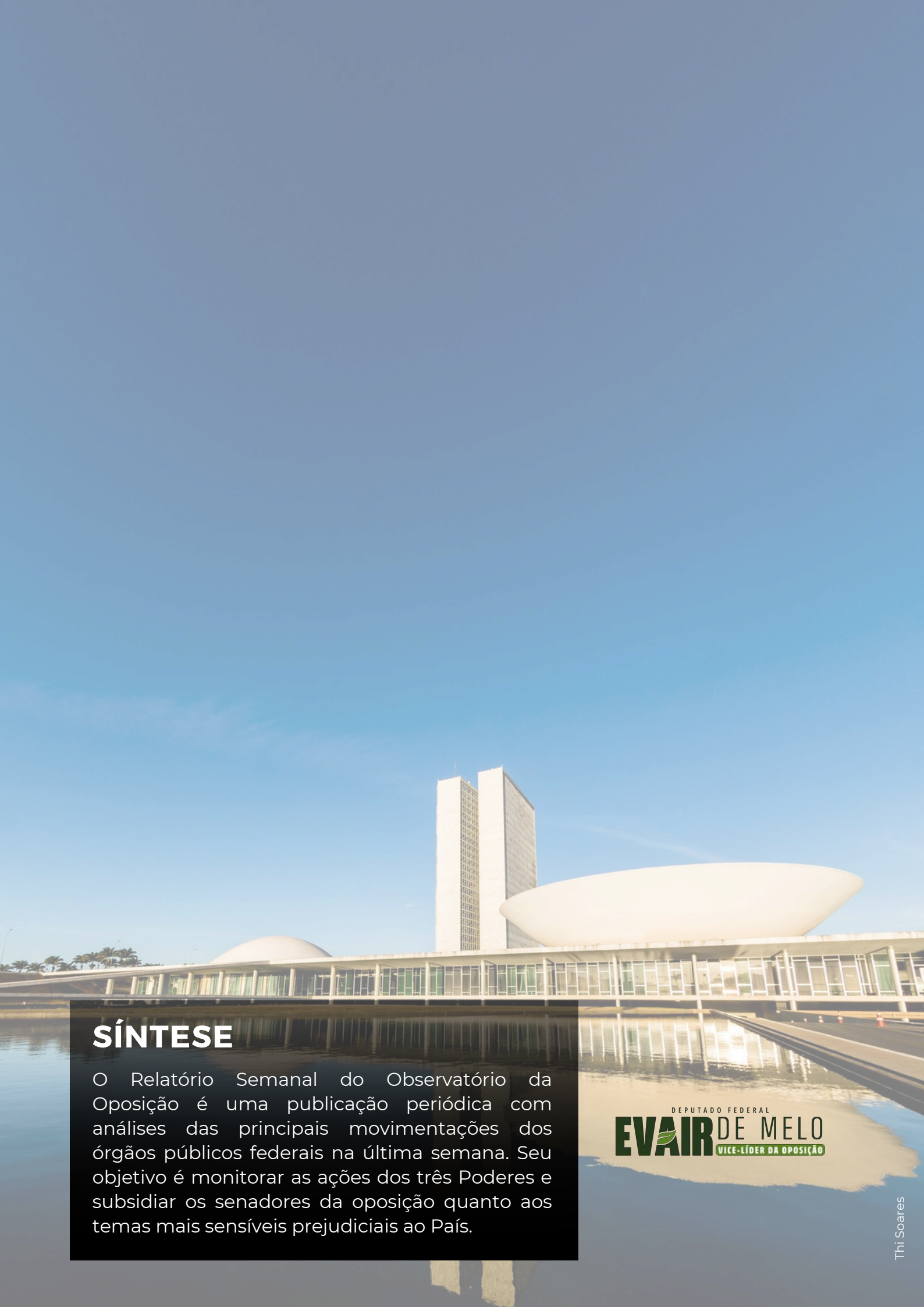
09 DE FEVEREIRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 116

Balanço fiscal de 2025 e LOA 2026, uma peça de ficção petista

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA TEOTÔNIO VILELA, GABINETE 11 - TEL.: (61) 3303 1221

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR DE MELO
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR DE MELO
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1

Página

ECONOMIA

Balanço fiscal de 2025 e LOA 2026, uma peça de ficção petista 01

O Brasil está expulsando capital: Como o peso do Estado empurra brasileiros para o Paraguai 11

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Sob Pochmann, IBGE entra em turbulência novamente, afasta técnicos e coloca sob suspeita a credibilidade do PIB 18

O balcão de negócios entre Lewandowski e o Banco Master, sob a anuência do presidente Lula 23

3

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O acordo com a União Europeia e como o PT sabotou por vários anos o comércio exterior e a indústria de transformação brasileiros 30



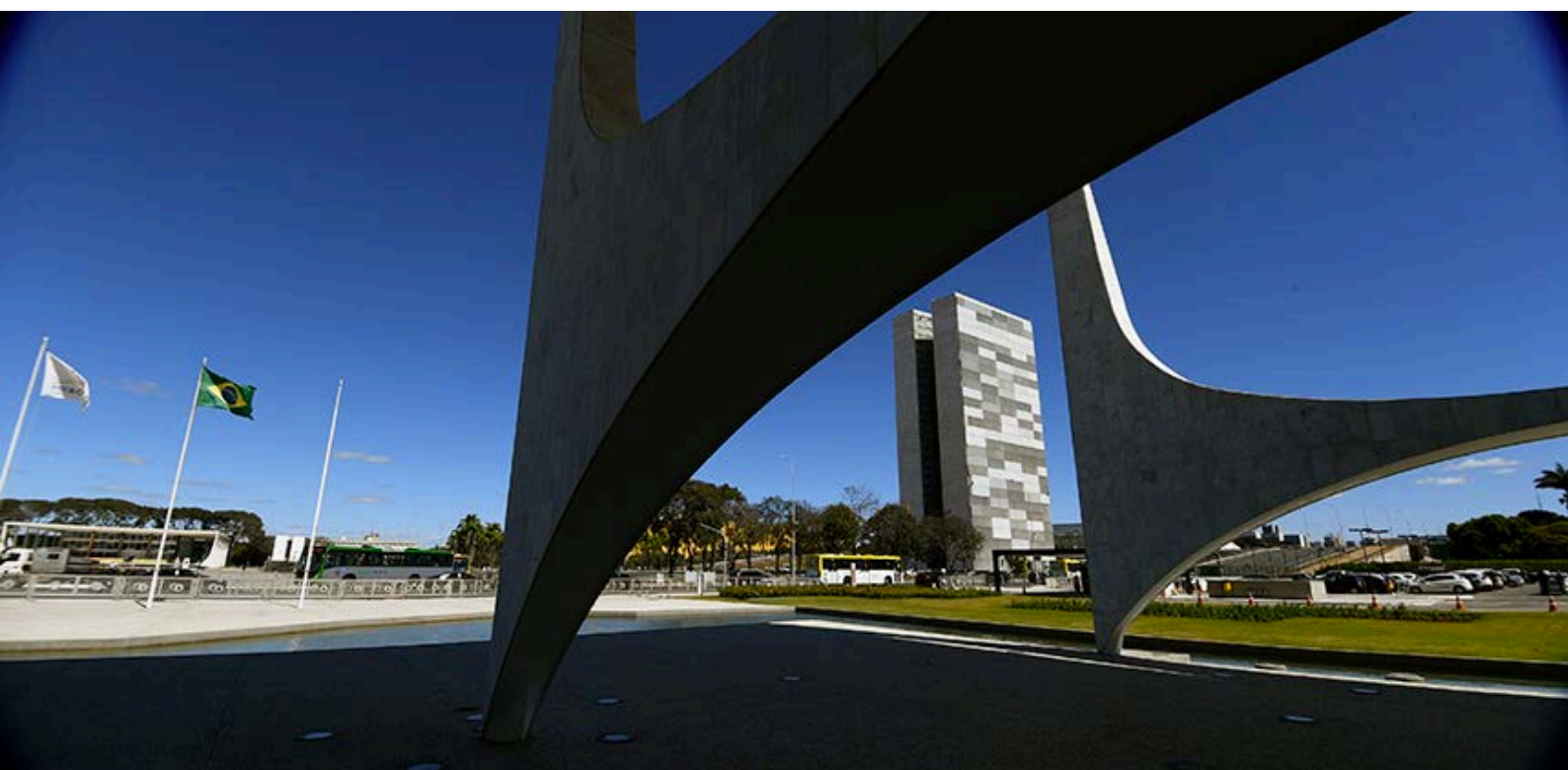


ECONOMIA

Balanço fiscal de 2025 e LOA 2026, uma peça de ficção petista

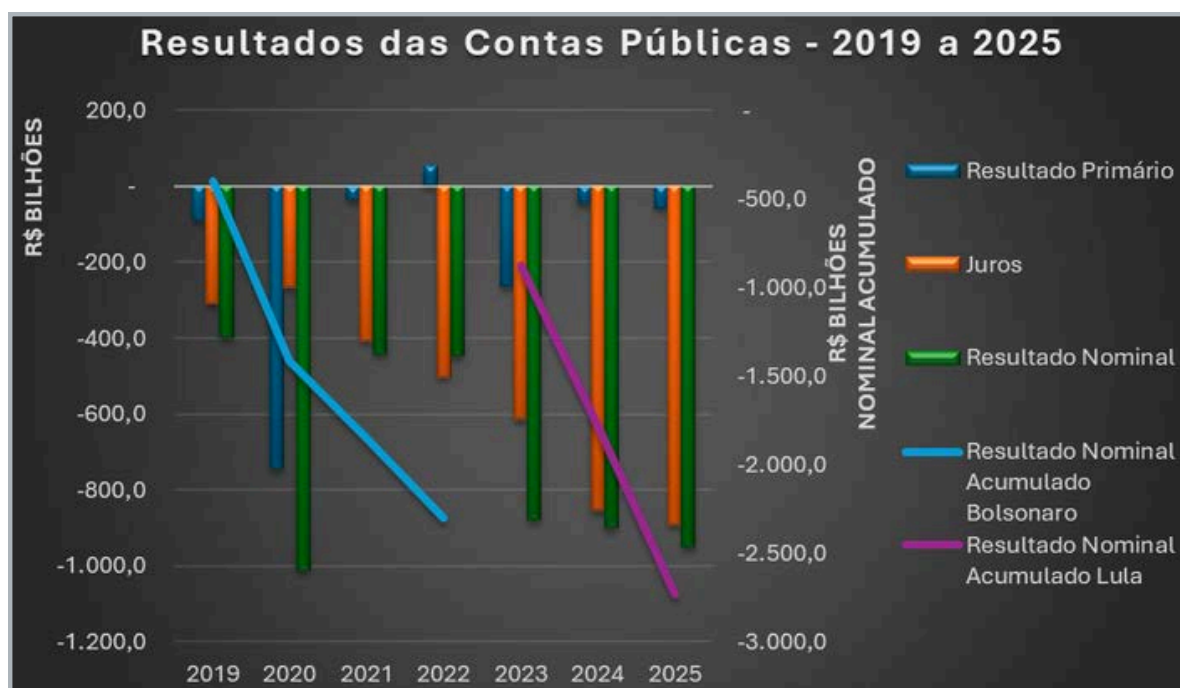
Lula entrega o terceiro resultado primário negativo do atual mandato. São R\$ 368,6 bilhões de déficits primários acumulados em três anos. No mesmo período, acumulou R\$ 2,73 trilhões em déficits nominais, sem pandemia e sem crise internacional. Foi só ele. Dívida bruta atinge R\$ 10 trilhões, 78,7% do PIB. Além de tentar tapar o rombo aumentando impostos, infla estimativas de receitas em 2026 para seguir gastando. Vai repetir o que fez em 2025. Mais déficits a frente... É a obra fiscal de Lula.

O ano de 2025 passou. Lula fez mais um enorme déficit primário. O resultado acima da linha, calculado pelo Tesouro Nacional, registrou um déficit de R\$ 61,69 bilhões. O resultado abaixo da linha, calculado pelo Banco Central e válido para a aferição do cumprimento da meta de primário, apontou um resultado negativo de R\$ 58,69 bi. Melhor que o déficit esperado pelo governo em seu último relatório bimestral de avaliação, que estimava R\$ 75,7 bi. Porém, pior que o déficit de 2024.



São três anos seguidos de robustos déficits primários, apesar de todo o infame esforço do governo de elevação da carga tributária brasileira. A arrecadação de tributos federais em 2025 foi de 20,2% do PIB contra 19,1% em 2022. Isso significa que o contribuinte brasileiro em 2025 pagou R\$ 366,5 bilhões a mais que em 2022 de impostos e contribuições federais, já descontada a inflação no período (é o aumento real da arrecadação de tributos).

Apesar disso, Lula acumula R\$ 368,6 bilhões (valores correntes) em déficits primários neste mandato e, o pior, R\$ 2,73 trilhões em déficits nominais, o déficit depois do pagamento dos juros da dívida. O déficit nominal acumulado por Lula em 3 anos já supera os 4 anos de Bolsonaro. Mas Bolsonaro enfrentou dois anos de pandemia e, em seu último ano, as ondas de choque da guerra da Ucrânia. Mas Lula e seu Ministro da Fazenda dizem que está tudo certo na política fiscal, que as metas de primário estão sendo cumpridas. Claro, nesses 3 anos, excluíram da contabilização da meta nada menos que R\$ 228,8 bilhões. É o resumo da obra fiscal de Lula.



Fonte: Resultado do Tesouro Nacional

Elevados déficits primários e o aumento da oferta de crédito direcionado subsidiado resultam em pressões inflacionárias. Para contê-las, tome taxa Selic de 15% ao ano. O resultado foram R\$ 2,36 trilhões devidos em juros sobre a dívida nesses três lamentáveis anos e a dívida bruta atingindo R\$ 10 trilhões, ou 78,7% do PIB em 2025. Apenas nesse ano, a dívida cresceu 2,4 pontos percentuais do PIB, um recorde em 10 anos. A consequência de tudo isso, contas públicas desequilibradas, juros altos e elevação de carga tributária é a desaceleração do crescimento do PIB e da geração de empregos, o que acabará por se refletir na arrecadação fiscal. Em 2025,

foram criados 1,27 milhão de empregos formais, o pior saldo anual desde 2020, o ano da pandemia.

As receitas realizadas em 2025 foram menores que as estimadas pelo governo nos seus relatórios bimestrais de avaliação. A receita primária total foi R\$ 19,8 bilhões menor do que o estimado no último relatório, o que acarretou uma queda de R\$ 10,1 bilhões nas receitas líquidas de transferências em relação às referidas estimativas. Os grandes destaques das receitas a menor foram o Imposto de Renda (-R\$ 4,6 bi), as Receitas de Exploração de Recursos Naturais (-R\$ 4,7 bi) e as Demais Receitas Não Administradas pela RFB (- R\$ 9,9 bi !!). Em diversos ROPs do segundo semestre de 2025, apontamos que essas estimativas de receitas estavam infladas. **Um claro sinal da manipulação das contas públicas promovida pelo Ministro da Fazenda para evitar contingenciamento de despesas enquanto tentava aumentar a carga tributária no Congresso.** Não deu certo. No delirante relatório do 3º bimestre, chegaram a estimar o IR para 2025 em R\$ 882,4 bi, número que foi sendo reduzido sistematicamente nos relatórios seguintes. Ainda assim, a última estimativa estava quase R\$ 5 bi errada. O número realizado, segundo a STN, foi R\$ 867,3 bi, R\$ 15 bilhões a menos que o delírio do 3º bimestre.

Ainda nas receitas, há um fato muito curioso que passou despercebido pela mídia. De acordo com o Resultado do Tesouro, a Eletrobras pagou em 2025 R\$ 3,6 bilhões em dividendos à União. Pagou mais que o Banco do Brasil, que apesar da queda brutal de seus lucros, entregou R\$ 3,39 bi ao governo. Os dividendos pagos pela Eletrobras em um ano equivalem a tudo o que ela pagou em dividendos para a União entre 2011 e 2016 (governos Dilma) em valores de hoje, atualizados pelo IPCA. Enquanto isso, as empresas que ficaram nas mãos do PT estão definhando. Correios acumulando prejuízos bilionários, enquanto Petrobras pagou em 2025 menos da metade do que pagou em dividendos à União em 2024.

Mas, como o resultado primário foi melhor que o esperado? A despesa veio menor do que o estimado: R\$ 24,1 bilhões a menos. Os grandes destaques, em matéria de despesa menor, foram: Previdência (- R\$ 2 bi); Abono e Seguro Desemprego (- R\$ 2,2 bi); Pessoal (- 6 bi); Demais obrigatórias (- R\$ 8,2 bi) e Discricionárias (R\$ -9,6 bi).

Seria cômico se não fosse trágico, mas nesse único ponto Haddad estava certo: o empoçamento de despesas discricionárias iria ajudar a salvar a meta do governo. Ou seja, a incompetência da gestão Lula em executar o orçamento asseguraria o cumprimento da meta. O problema é que isso fica em restos a pagar para 2026... O estoque de RAP processados saltou para R\$ 109 bilhões, enquanto o estoque total de RAP alcançou R\$ 391,5 bilhões.



Dentre as “demais despesas obrigatórias”, merecem registro as seguintes despesas realizadas a menor: créditos extraordinários (- R\$ 4,6 bi); custeio e capital dos demais poderes (- R\$ 1,2 bi); subsídios e Proagro (- R\$ 2 bi).

Chama atenção a execução do seguro-defeso. Alertamos nos ROP 105 e 111 sobre os fortes indícios de fraudes na concessão dos benefícios. Agora, a surpresa: de acordo com o Resultado do Tesouro Nacional não houve despesas de Seguro-Defeso entre setembro e dezembro de 2025. Nesse período, em 2024, foram gastos R\$ 674,7 milhões. Em 2025, a despesa está negativa em R\$ 6,6 milhões, como se tivesse havido nesses quatro meses devolução líquida de benefícios pagos indevidamente. Bem estranho... Com isso, em 2025, o Seguro-Defeso teria gastado R\$ 5,6 bilhões, ainda assim, um aumento de 26,5% sobre 2024. Entretanto, o Painel do Orçamento do Ministério do Planejamento indica que foram pagos R\$ 6,4 bi em benefícios do Seguro-Defeso. Durma-se com esse barulho! Quem está com o número certo? Será que o governo Lula pagou R\$ 6,4 bi e recuperou R\$ 800 milhões em benefícios fraudados? Essa eficiência seria surpreendente. É mais provável que haja alguma coisa errada nisso tudo aí.

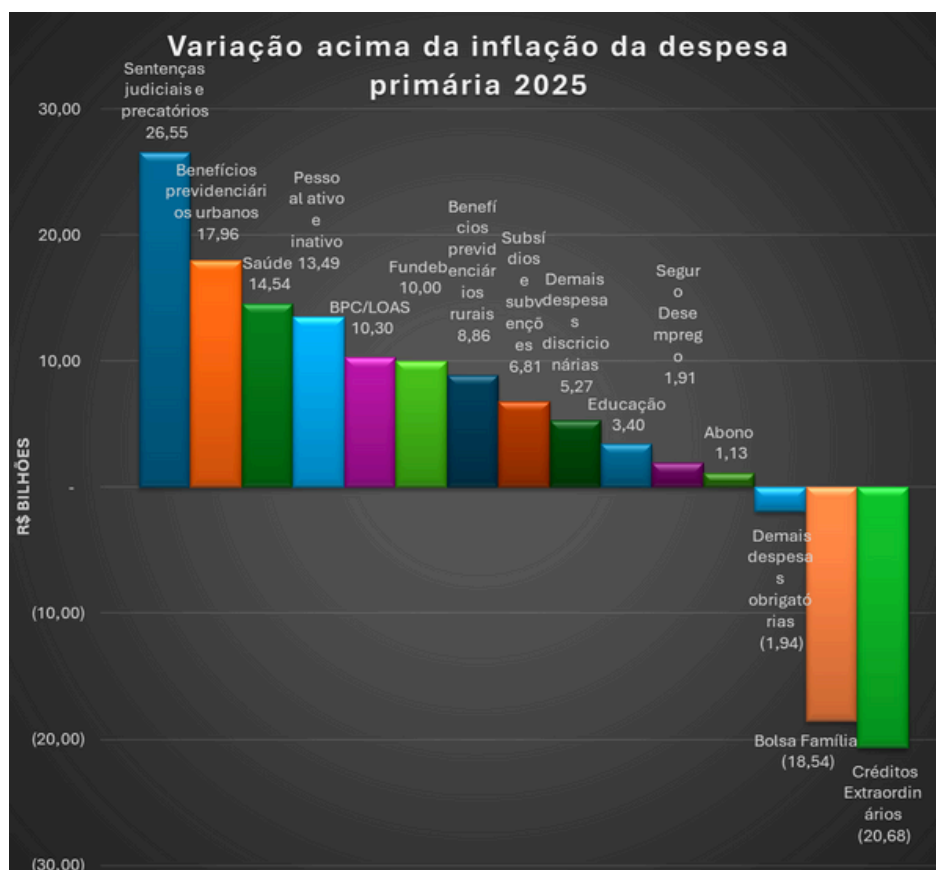
Vejamos agora como evoluiu a despesa primária em termos reais, em valores constantes de dezembro de 2025, ou seja, valores ajustados à inflação pelo IPCA. **Em 2025, a despesa primária total cresceu R\$ 79 bilhões acima da inflação, o que significa um aumento real de 3,4%.** Os benefícios previdenciários subiram R\$ 41,4 bilhões, crescimento real de 4,1%. Em 2024, o crescimento real dos gastos com a Previdência tinha sido de 0,1%. Alguns fatores pesaram no crescimento dessa despesa em 2025, como o aumento real do salário-mínimo. Mas convém lembrar que esse número também inclui a elevação dos gastos com o auxílio-doença, cuja explosão deve ser creditada às fraudes no Atestmed petista (foi matéria do ROP 107). Pesaram ainda no desempenho do gasto da Previdência as sentenças judiciais e precatórios. Foram R\$ 14,6 bilhões a mais acima da inflação nessa rubrica, alta real de 51,7%.

O gasto com Pessoal subiu R\$ 16,9 bi acima da inflação, alta real de 4,3%. Sentenças judiciais e precatórios também pesaram nessa rubrica, elevação real de R\$ 5,2 bilhões ou 115,7%.

As despesas com o BPC saltaram R\$ 10,8 bilhões acima da inflação, ou 9,1% reais. Fundeb subiu R\$ 10 bilhões, ou 19,7% real. As despesas de custeio e capital motivadas por sentenças judiciais e precatórios tiveram acréscimo real de R\$ 6,3 bilhões, ou 17%. O conjunto formado por subsídios, subvenções e Proagro saltaram 35,8% acima da inflação, ou R\$ 6,8 bilhões, resultado direto das taxas de juro elevadas.

Merecem ainda destaque a elevação de R\$ 10,6 bilhões no gasto obrigatório da saúde, ou 6,5% acima da inflação, e as despesas discricionárias (inclui saúde e educação), que subiram 6,1% real, ou R\$ 11,9 bilhões acima da inflação. O apoio financeiro a estados e municípios cresceu 208,8%, ou R\$ 3,86 bilhões. Por fim, registre-se que o crescimento real do gasto com o seguro-defeso foi de 20,9% acima da inflação.

Entretanto, quando se agrega todos os gastos com precatórios numa só rubrica, descontando-os das despesas da Previdência, Pessoal e BPC, se tem um cenário dramaticamente diferente: a despesa com o segundo maior crescimento real em 2025 passa a ser sentenças judiciais e precatórios, com alta real de R\$ 26,5 bilhões, ou 35,25% acima da inflação. Previdência sobe R\$ 26,8 bi (2,76%), Pessoal R\$ 11,6 bi (3%), BPC R\$ 10,3 bi (9,2%). Não se tem conhecimento de medidas do governo Lula para conter o crescimento brutal da despesa com precatórios, eles apenas a excluíram do limite do arcabouço, varreram para debaixo do tapete.

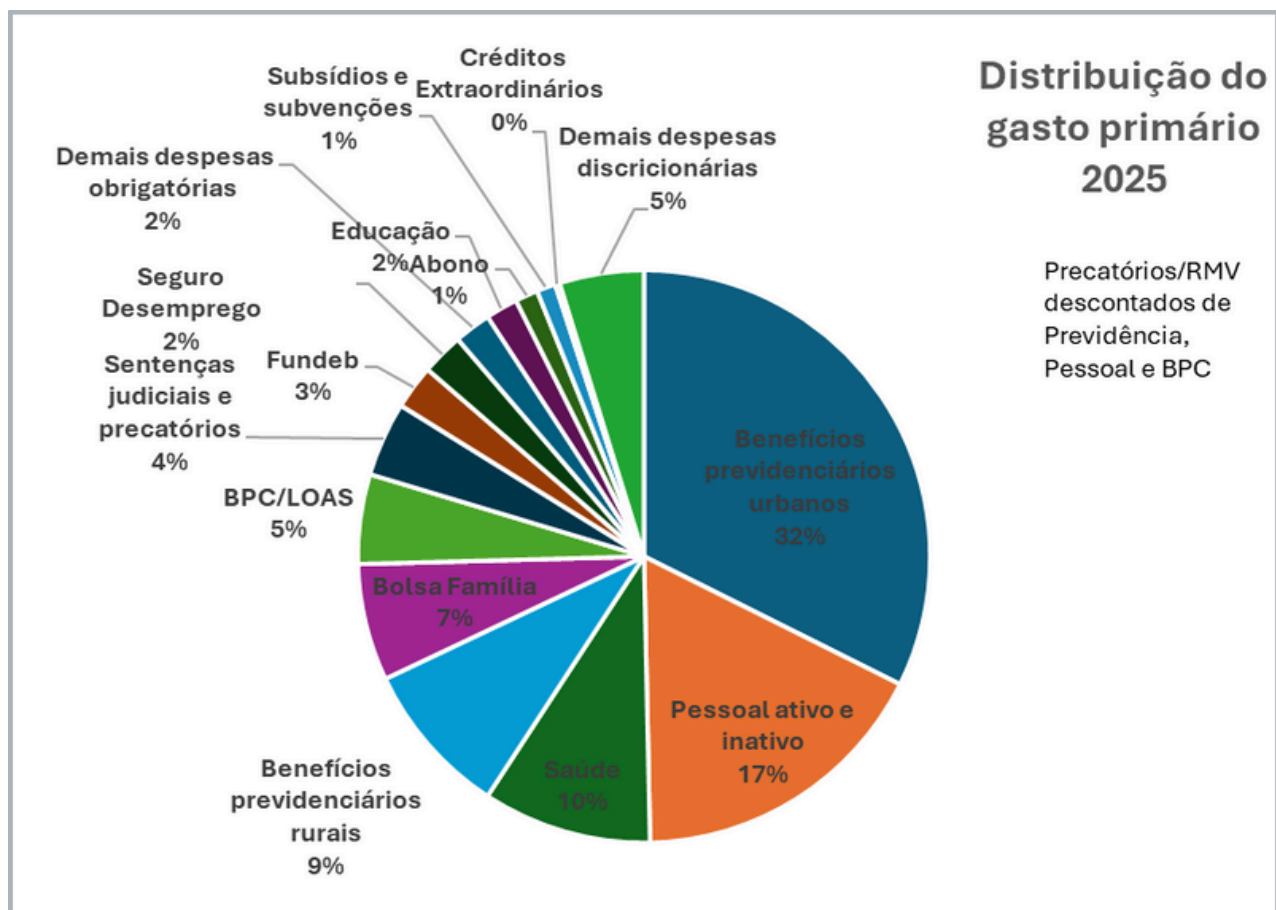


Fonte: Resultado do Tesouro Nacional

O gráfico acima separa benefícios previdenciários urbanos dos benefícios rurais. Assim, sentenças judiciais e precatórios passa a ser a rubrica líder de crescimento. No gráfico, as rubricas saúde e educação compreendem tanto as despesas obrigatórias e discricionárias, assim, o crescimento da despesa da saúde supera o da despesa com pessoal. Por sua vez, a rubrica pessoal ativo e inativo foi adicionada com a despesa com benefícios a servidores públicos.

Os grandes destaques de redução de gastos foram: Bolsa Família, com redução real de R\$ 18,5 bilhões (queda de 10,3%) e créditos extraordinários, redução de R\$ 20,7 bilhões (queda de 76,2%), observado que em 2024 essa rubrica cresceu muito em função das despesas com o Rio Grande do Sul.

Ao fim e ao cabo, graças aos descontos autorizados na meta de resultado primário, Lula, Haddad e sua trupe vão sair dizendo que o déficit primário foi de “apenas” R\$ 10 bilhões.



O orçamento de 2026

No ROP102, fizemos vários alertas sobre as inconsistências do Projeto de Lei Orçamentária que o governo propôs para 2026. É triste, mas a Lei Orçamentária aprovada não ficou melhor.

Apesar da queda contínua nas expectativas de mercado para o crescimento do PIB em 2025 e 2026, o PLOA 2026 baseou suas estimativas de receitas fiscais para 2026 num crescimento do PIB da ordem de 2,54% em 2025 e 2,44% em 2026. Em novembro, o Panorama Macroeconômico da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda já havia reduzido sua estimativa de crescimento do PIB em 2025 para 2,24%. Conforme o relatório Focus do Banco Central, publicado em 26 de janeiro de 2026, o mercado espera um crescimento do PIB de 1,8% em 2026. Apesar disso, a Lei Orçamentária Anual (LOA2026) foi aprovada considerando um crescimento do PIB de 2,45% em 2025 e 2,44% em 2026.

Outro parâmetro bastante relevante para as receitas públicas brasileiras é o preço do petróleo. O PLOA projetou suas receitas com petróleo com base numa cotação média do barril do petróleo tipo Brent de US\$ 64,93. A própria SPE já trabalhava em novembro de 2025 com uma cotação de US\$ 63,74 para 2026. Entretanto, a principal agência americana de energia, estimava em novembro o preço médio do barril de Brent para 2026 em US\$ 52,16. Quem estará certo?

Apesar de todos os sinais de que os parâmetros bases para o cálculo da receita estavam errados, a Lei Orçamentária Anual de 2026 foi aprovada com uma estimativa de receita primária líquida de transferências superior em R\$ 13,23 bilhões à estimativa de receita do PLOA.

Deram suporte a essa estimativa de receita a maior, dentre outros fatores de ajuste: (i) a expectativa de derrubada do veto presidencial nos artigos da Lei 15.269/2025 que tratavam sobre nova sistemática de apuração do preço do petróleo para fins de arrecadação de royalties (R\$ 3,7 bilhões); e (ii) a expectativa de arrecadação de R\$ 14 bilhões em medidas de Defesa Comercial contra a China, que nem sequer foram adotadas ainda (assunto tratado no ROP 114). Nada que esteja ruim, que não possa piorar...



Se as estimativas estão erradas, teremos frustração de receitas. Isso significa contingenciamento de despesas discricionárias, com efeitos bastante negativos no funcionamento da gestão pública; novas propostas do governo de aumento de impostos; e tensões entre Executivo e Legislativo sobre a liberação de emendas parlamentares.

Para alívio do governo, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/2025, que promove uma redução linear de 10% em uma parte dos incentivos e benefícios tributários. A Lei, que também aumentou a CSLL das Fintechs, a tributação das apostas de quota fixa e o IR sobre os juros sobre capital próprio, gera uma arrecadação adicional de R\$ 22,4 bilhões em 2026. Mas esses impactos já haviam sido considerados pelo governo na proposta do PLOA. O orçamento considera ainda R\$ 20,6 bilhões de receitas extraordinárias de transações tributárias, que desde o PLOA 2025 suscitam dúvidas sobre sua concretização.

A receita primária total de 2026 é estimada em 23,13% do PIB, ou R\$ 3,2 trilhões. Em 2023, esse percentual foi de 21,5% do PIB. Está claro que o PT busca o equilíbrio das contas pelo aumento da carga tributária.

A receita líquida de transferência, que é o que realmente fica para a União cobrir seus gastos primários, é estimada em R\$ 2,59 trilhões, ou 18,74% do PIB.

Porém, já sabemos que a estimativa de PIB para 2026 que embasou os cálculos da receita está errada. O PIB não crescerá 2,4% em 2026 como projetou o governo, que já reconhecia para 2025 um crescimento do PIB de 2,24%, ao invés dos 2,54% que estimou no PLOA. O deflator do PIB considerado pelo governo em novembro, já era de 4,3%, ao invés dos 5,29% do PLOA. Então, se fazemos um exercício aceitando o crescimento de 2,24% em 2025, 4,3% de deflator e 1,8% (Relatório Focus) de crescimento em 2026, teremos um PIB nominal mais realista de R\$ 13,5 trilhões em 2026. Mantendo-se inalterados os percentuais do PIB a que corresponderão a receita primária total e a receita líquida, podemos estimar uma receita primária líquida de transferência R\$ 60 bilhões menor que o estimado na LOA. Mas, claro, essa é uma estimativa simplória, que carece de refinamento.

As estimativas de arrecadação com Exploração de Recursos Naturais também levantam suspeitas. No PLOA, estimou-se um montante de R\$ 156,7 bilhões, com destaque para as receitas advindas dos recursos do petróleo, que somavam R\$ 144,8 bilhões. Desse montante, R\$ 31 bilhões referem-se à receita oriunda da alienação do direito à apropriação do excedente em óleo da União. Já registramos aqui que o relatório da receita

da LOA previu um adicional na arrecadação de royalties de R\$ 3,7 bilhões, contando com a derrubada de um veto na Lei 15.269/2025. Em 2025, a receita com Exploração de Recursos Naturais foi de R\$ 139,3 bi, aumento nominal de 17,3% em relação a 2024. As estimativas da LOA representam um aumento de 15,1% em relação a 2025. O problema é que, como vimos acima, há expectativas não desprezíveis de queda no preço do petróleo.

As despesas primárias ficarão em R\$ 2,61 trilhões (18,9% do PIB, do PIB previsto na LOA). Assim, espera-se em 2026 um déficit primário de R\$ 23,3 bilhões. Mas, como R\$ 64,8 bilhões de despesas serão excluídas da apuração do resultado primário, o governo diz que vai ter superávit primário este ano. Com receitas infladas, isso poderá não acontecer.

O salário-mínimo será de R\$ 1.621, R\$ 10 a menos que o previsto no PLOA. Ainda assim, esse valor implica um aumento real de 2,5% em relação ao valor de 2025. Apesar do aumento real do SM, a LOA prevê um aumento nominal de 9,27% nos benefícios previdenciários em relação ao executado em 2025, quando o gasto previdenciário subiu 9,41% em relação a 2024. É possível que essa dotação esteja sub-orçada, principalmente quando se leva em conta um decréscimo de R\$ 6,5 bilhões em relação ao PLOA. Esse gasto ficará em 8,12% do PIB (o PIB do governo) em 2026, contra 8,07% em 2025.

Também é estranho que o BPC, tão sensível a aumentos do salário-mínimo, tenha um aumento nominal projetado para 2026 de apenas 3,8%, inferior ao aumento nominal de 6,8% do SM. Em 2025, o gasto do BPC cresceu 14,54% nominalmente. Em 2024, o crescimento foi de 19,87%. Já abordamos esse ponto no ROP 111, para nós está claro que a despesa do BPC está sub-orçada na LOA. A estimativa do PLOA considerou inclusive um número de beneficiários inferior ao número de 2025. Ou o governo está contando com um tremendo êxito na revisão dos benefícios do BPC, com uma drástica redução de beneficiários, ou está apostando numa queda de sentenças judiciais contra a União relativas ao BPC, ou essa despesa está sub-orçada em aproximadamente R\$ 15 bilhões.

As Emendas Parlamentares na LOA 2026 totalizam R\$ 49,9 bilhões, R\$ 9,1 bilhões a mais que o previsto no PLOA. Adicionou-se ainda R\$ 3,9 bilhões para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Assim, os R\$ 13 bilhões adicionados às estimativas de receita da LOA foram integralmente consumidos. Importante lembrar que isso só foi possível porque na aprovação da Emenda Constitucional 136/2025, que com todo o apoio do governo excluiu as despesas com precatórios e sentenças judiciais do limite de despesas do arcabouço fiscal, abriu-se também um espaço adicional nesse limite de despesas da ordem de R\$ 13,6 bilhões. Definitivamente, 13 é o número do azar do Brasil.

A LOA trouxe R\$ 13 bilhões a mais de despesas discricionárias em relação ao PLOA. Com isso, na hipótese de não haver frustrações de receitas e de não haver bloqueios por conta do sub-orçamento das despesas obrigatórias, as despesas discricionárias de 2026 seriam R\$ 35 bilhões maiores que as de 2025, aumento nominal de 17,2%.

As despesas da Previdência e do BPC são despesas obrigatórias e estão sujeitas ao limite de despesas do arcabouço fiscal (Lcp 200/2023). Se elas estão sub-orçadas, quando os valores reais se concretizarem na execução orçamentária, o governo precisará bloquear despesas discricionárias para observar o limite de despesas. Ou o governo Lula pode lançar mão pela enésima vez de tentar excluir despesas do limite do arcabouço com ajuda do Judiciário ou de seus aliados no Congresso. Na verdade, isso já aconteceu. No final de 2025, a aprovação das Leis Complementares 221 e 223 retiraram R\$ 7 bilhões em despesas da contabilização do limite e não determinaram seu recálculo para baixo. Isso ajudará o governo a lidar com o sub-orçamento da Previdência e do BPC. Mas achamos que não será suficiente.

Chama atenção o lamentável fato de que, depois da aprovação da Emenda Constitucional 126/2025, e das Lcps 221 e 223, há R\$ 230,73 bilhões em despesas primárias não sujeitas ao limite de despesas do arcabouço fiscal. É um valor próximo do total orçado para as despesas discricionárias. É como se por vias tortas, ao excluir do limite as despesas com precatórios, que são obrigatórias e totalizarão absurdos R\$ 117,9 bilhões em 2026, o governo tivesse excluído do limite o total das despesas discricionárias. De fato, o limite de despesas primárias do arcabouço petista fajuto somará R\$ 2,39 trilhões, enquanto as despesas obrigatórias somarão R\$ 2,37 trilhões, são apenas R\$ 20 bilhões de diferença. É um importante indicador do quão estrangulado pelas despesas obrigatórias está o orçamento brasileiro.

Porém agora, o mais preocupante, sem dúvidas, é o buraco que pode surgir na receita. O limite inferior da meta de primário para 2026 é zero. **O certo é que, ainda que o governo consiga cumprir o limite inferior da meta, o resultado primário verdadeiro será um déficit de R\$ 64 bilhões, e Lula concluirá seu lamentável governo com 4 anos seguidos de primários negativos.**



O Brasil está expulsando capital: Como o peso do Estado empurra brasileiros para o Paraguai

O Brasil vive um processo mensurável de fuga de capital produtivo, industrial e patrimonial. Empresas deixam a bolsa, indústrias migram para o país vizinho e investidores de alta renda retiram recursos do País. Esse movimento não é episódico nem ideológico: é a resposta racional do capital a um ambiente marcado por insegurança jurídica, custo estatal elevado e instabilidade regulatória — enquanto o Paraguai oferece previsibilidade, regras claras e retorno.

1. A nova rota do capital brasileiro

Nos últimos anos, tornou-se impossível ignorar um movimento silencioso, porém consistente, na economia brasileira: a saída simultânea de empresas, investidores e riqueza privada do País. O esvaziamento da bolsa, a migração industrial para países vizinhos, o aumento de recuperações judiciais e a fuga de milionários compõem um mesmo fenômeno estrutural — a perda de atratividade do ambiente de negócios nacional.

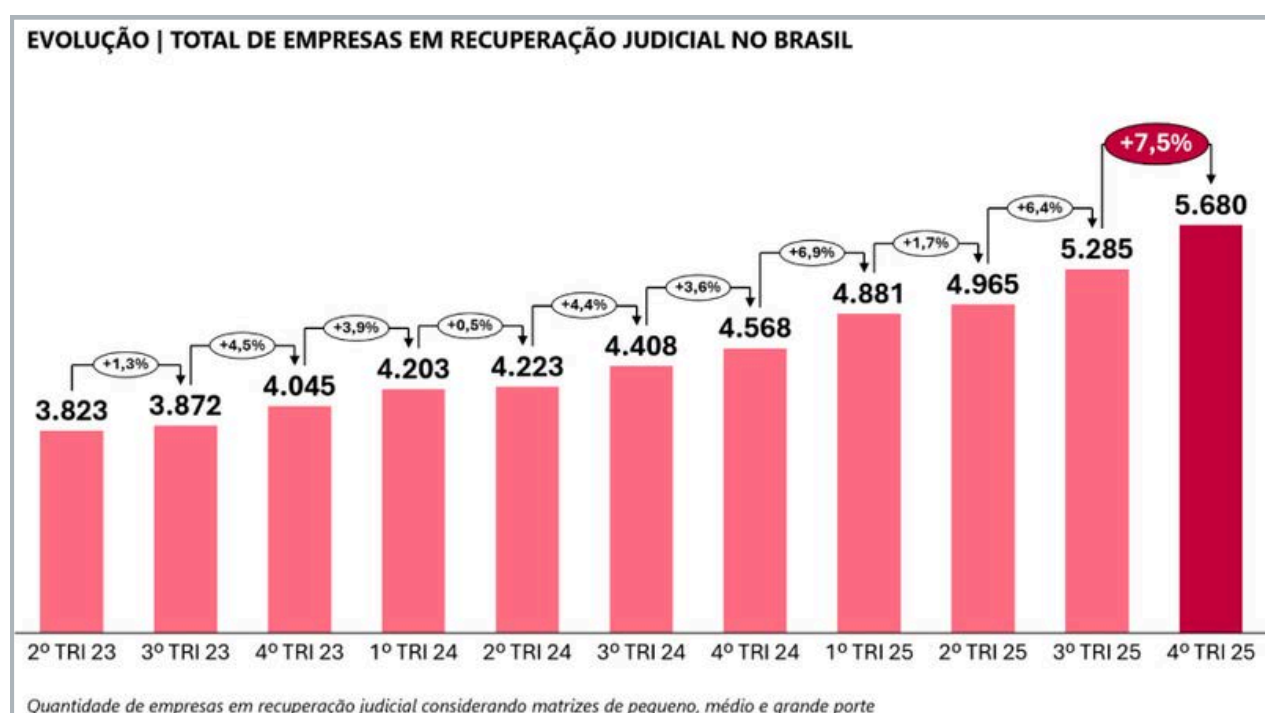
Não se trata de episódios isolados nem de decisões oportunistas. O capital responde a incentivos. E os sinais emitidos pelo Brasil, especialmente no atual ciclo político-institucional, têm sido claros: instabilidade regulatória, custos elevados e insegurança jurídica.



2. O esvaziamento do mercado e da capacidade produtiva

O primeiro sintoma dessa deterioração é visível no próprio mercado de capitais. Entre 2021 e 2025, **48 empresas deixaram a B3**, seja por fechamento de capital, fusões, falências ou migração para outros mercados. A bolsa brasileira encolhe não por falta de empresários, mas por falta de ambiente competitivo.

Paralelamente, o número de empresas em recuperação judicial atingiu patamares históricos, revelando um quadro de estrangulamento financeiro, juros elevados e dificuldade de acesso ao crédito. O **número de empresas em recuperação judicial no Brasil atingiu 5.680 em 2025**, o maior patamar da série histórica, com **crescimento de 24,3% em relação a 2024**.



Fonte: [Relatório do Monitor RGF de Recuperação Judicial - 4º trimestre de 2025](#).

A inadimplência corporativa no Brasil, por sua vez, registrou **8,9 milhões de empresas inadimplentes, acumulando R\$ 210 bilhões em dívidas**, de acordo com a [Serasa Experian](#). Maior número desde o início da série.



Fonte: [Serasa Experian](#).

Esse conjunto de dados revela um país onde produzir, investir e crescer deixou de ser prioridade — e passou a ser um exercício permanente de sobrevivência.

3. O Paraguai como rota de escape produtivo

Diante desse cenário, o setor privado brasileiro encontrou uma alternativa racional: a realocação produtiva para o Paraguai.

Nos últimos anos, [mais de 200 indústrias brasileiras](#) já migraram total ou parcialmente suas operações para o Paraguai, sobretudo para regiões como Ciudad del Este e Alto Paraná.

Um dos elementos centrais que está impulsionando a migração de capital e de operações produtivas para o Paraguai é o conjunto de leis de incentivo econômico e regimes tributários estratégicos [aprovados pelo governo de Santiago Peña](#) e pelo Congresso paraguaio em 2025. Essas normas transformaram o país vizinho em um destino preferencial para investidores e indústrias exportadoras.

a) Regime de Maquila — incentivo focal para produção exportadora

O Paraguai opera um **regime de Maquila**, que remonta à Lei nº 1.064 de 1997, modulado ao longo dos anos e atualizado recentemente com apoio legislativo para ampliar sua competitividade. Pelo regime:

- ▶ empresas podem importar matérias-primas, insumos e máquinas com **suspensão de tributos aduaneiros**, eliminando custos ao trazer bens essenciais para a produção;
- ▶ quando a produção é destinada à exportação, as operações ficam sujeitas a um **único imposto de 1 % sobre o valor agregado ou sobre a fatura de exportação** — muito abaixo da carga tributária típica em países da região e drasticamente menor do que no Brasil;
- ▶ as atividades maquiladoras podem recuperar créditos de IVA e utilizar regimes administrativos simplificados para operar com formalidade e eficiência.

b) Leis de incentivo econômico de 2025 — modernização e ampliação do atrativo fiscal

Em 2025, o Paraguai promulgou um conjunto de novas leis de incentivo econômico que atualizam marcos tributários e reforçam a atratividade para investidores estrangeiros e nacionais:

- a nova legislação **exclui tarifas e imposto sobre valor agregado (VAT) na importação de bens de capital e insumos essenciais**, reduzindo ainda mais o custo de instalação e operação de empreendimentos industriais;
- também prevê isenção de tributos sobre lucros e dividendos por períodos de até 10 anos para investimentos qualificados, amplificando o apelo para influxos de capital produtivo;
- em muitos casos, os benefícios podem ser renovados por até 20 anos, assegurando previsibilidade fiscal de longo prazo para grandes projetos produtivos.

c) Ambiente de negócios mais estável e regras previstas por contrato

Além dos incentivos tributários, o ordenamento jurídico paraguaio consolida a **garantia de tratamento igualitário a investidores domésticos e estrangeiros**, incluindo a **possibilidade de repatriação de capital e lucros sem restrições cambiais**, criando um ambiente em que os agentes econômicos sabem que seus ativos estarão protegidos por normas claras e duradouras.

Essa combinação permite **reduções de até 40% nos custos operacionais**, especialmente em setores industriais e exportadores. Além disso, a proximidade geográfica com o Brasil facilita a integração logística e o controle das cadeias produtivas.

4. A fuga silenciosa da riqueza privada

A migração não se limita às empresas. Ela atinge diretamente o capital financeiro e patrimonial.

Segundo levantamento da consultoria **Henley & Partners**, **o Brasil perdeu cerca de 1.200 milionários em 2025**, o maior fluxo negativo de indivíduos de alta renda da América Latina no período. A saída desses indivíduos representa a migração estimada de **US\$ 8,4 bilhões em patrimônio privado**.

Os principais destinos incluem também **Estados Unidos, Portugal e Espanha**, países citados pelos próprios relatórios como ambientes de maior previsibilidade institucional e segurança jurídica.

Historicamente, a saída de indivíduos de alto patrimônio é considerada um **indicador antecipado de deterioração do ambiente de investimentos**, pois esses agentes tendem a reagir mais rapidamente ao aumento do risco sistêmico.

5. O desmonte da reforma trabalhista: a insegurança jurídica como política de Estado

O núcleo desse processo está na deterioração do ambiente institucional brasileiro, especialmente no campo trabalhista e regulatório.

Após a Reforma Trabalhista de 2017 ter **reduzido a litigiosidade em mais de 35%** e aumentado a previsibilidade, o país passou a viver uma “**contrarreforma silenciosa**”.

Essa reversão ocorre por meio de:

- ▶ discursos oficiais que deslegitimam a reforma;
- ▶ reinterpretações judiciais instáveis;
- ▶ ampliação da gratuidade processual;
- ▶ flexibilização da responsabilidade processual;
- ▶ expansão arbitrária do conceito de grupo econômico;



- fragilização de acordos coletivos;
- restrições à terceirização.

Na prática, o empresário brasileiro voltou a operar em um ambiente onde:

- o passivo trabalhista é imprevisível;
- contratos podem ser invalidados retroativamente;
- decisões mudam conforme a composição dos tribunais;
- precedentes do STF são relativizados.

Esse ambiente eleva o risco sistêmico e encarece o capital.

6. Conclusão

A migração de capital para o Paraguai é apenas o sintoma mais visível de um problema maior: o enfraquecimento institucional do Brasil.

Ao relativizar regras, tensionar contratos, politizar a regulação e desprezar evidências empíricas, o país cria um ambiente hostil à produção.

O resultado é claro:

- menos indústrias;
- menos empregos formais;
- menos arrecadação sustentável;
- mais informalidade;
- mais dependência externa.

Nenhum país se desenvolve punindo quem investe. O Brasil não está perdendo empresas por acaso. Está perdendo competitividade.

A combinação de insegurança jurídica, custo-Estado elevado, crédito restrito e instabilidade regulatória transformou o investimento produtivo em uma atividade de alto risco.

Enquanto isso, o Paraguai oferece previsibilidade, simplicidade e respeito às regras.

O país precisa decidir se quer ser um polo de produção ou um exportador de empresas.

Hoje, infelizmente, escolheu o segundo caminho.





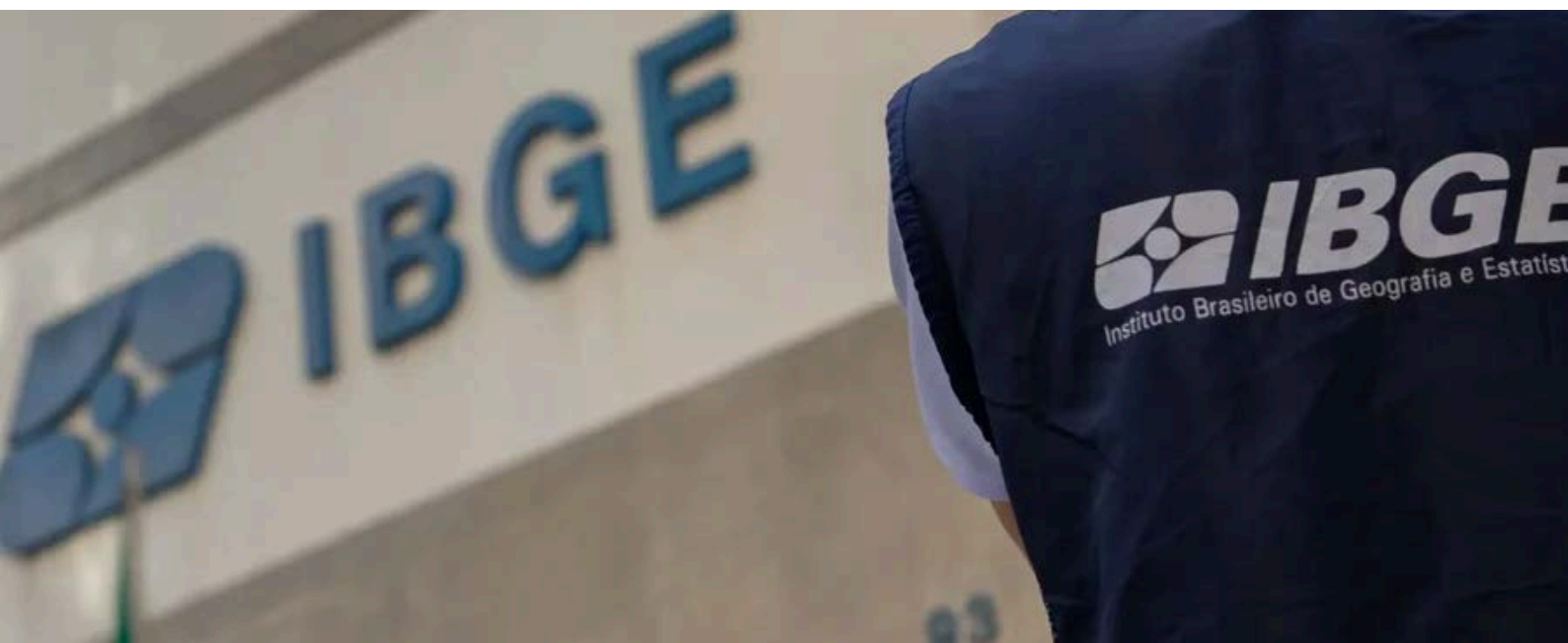
TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Sob Pochmann, IBGE entra em turbulência novamente, afasta técnicos e coloca sob suspeita a credibilidade do PIB

Às vésperas da divulgação do PIB, Marcio Pochmann promoveu exonerações em áreas técnicas estratégicas do IBGE, provocando instabilidade interna, reação dos servidores e questionamentos no Congresso. O episódio levanta suspeitas sobre interferência política em um órgão essencial para a transparência econômica. Em jogo está a confiança nos números que orientam investimentos, políticas públicas e o futuro do país.

Um alerta às vésperas do principal indicador da economia

Às vésperas da divulgação do Produto Interno Bruto (PIB), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi abalado por uma série de exonerações e mudanças em áreas técnicas estratégicas. A movimentação ocorreu justamente no núcleo responsável pelas Contas Nacionais, responsável por calcular o principal indicador da atividade econômica brasileira.



O timing das decisões acendeu um sinal de alerta entre servidores, especialistas e parlamentares, que passaram a questionar se a instabilidade interna poderia comprometer a autonomia técnica e a credibilidade dos dados produzidos pelo órgão.

Em um país marcado por sucessivas crises de confiança institucional, qualquer ruído em órgãos de Estado responsáveis por estatísticas oficiais tem impacto direto sobre o mercado, investidores, formuladores de políticas públicas e a própria sociedade.

Exonerações no coração técnico do IBGE

O epicentro da crise foi a [exoneração](#) da coordenadora responsável pelas Contas Nacionais, área encarregada da elaboração do PIB, da revisão metodológica e da atualização das séries históricas.

A mudança ocorreu em meio ao fechamento dos números do ano-base e ao processo de revisão estrutural das contas, um dos momentos mais sensíveis do trabalho técnico do instituto.

Além da troca na coordenação, outras saídas e pedidos de desligamento foram registrados na mesma área, ampliando a percepção de instabilidade administrativa. Servidores relataram preocupação com a descontinuidade dos trabalhos e com a perda de quadros experientes.

Esse tipo de alteração, quando feita sem transparência e sem planejamento adequado, fragiliza a institucionalidade e expõe o órgão a pressões externas.

Reação dos servidores e busca por proteção institucional

Diante do cenário, [o sindicato dos servidores levou o caso diretamente à Secretaria-Geral da Presidência da República](#). O objetivo foi alertar o governo sobre os riscos técnicos e institucionais das decisões tomadas pela direção do IBGE.

A entidade destacou que mudanças abruptas em cargos estratégicos, no meio de processos complexos, comprometem não apenas prazos, mas também a qualidade e a confiabilidade das informações.

O movimento revela que a crise não se limita a disputas administrativas internas, mas alcança o núcleo da governança pública da produção estatística nacional.

Quando servidores recorrem ao Planalto para tentar preservar a autonomia técnica, é sinal de que os mecanismos internos de proteção institucional já foram tensionados.

A politização dos dados e o risco à credibilidade

Em democracias consolidadas, institutos de estatística funcionam como estruturas de Estado, protegidas contra interferências políticas conjunturais. Sua função é produzir informação confiável, mesmo quando os números desagradam governos.

No Brasil, entretanto, o episódio reforça a percepção de fragilidade institucional diante de interesses políticos. A troca de comando em área sensível, às vésperas da divulgação de dados relevantes, inevitavelmente gera suspeitas.

Ainda que não haja prova direta de manipulação, o simples abalo na confiança já representa um prejuízo institucional.

Dados desacreditados enfraquecem políticas públicas, distorcem decisões econômicas e reduzem a credibilidade internacional do país.

A reação política e o pedido de investigação

A instabilidade no IBGE rapidamente alcançou o Congresso Nacional. [Parlamentares acionaram órgãos de controle](#) para apurar as exonerações e avaliar possíveis irregularidades administrativas.

O pedido de investigação ao Tribunal de Contas da União reforça que o caso ultrapassou o campo interno e passou a ser tratado como um problema institucional de governança pública.

O argumento central é que alterações em cargos estratégicos devem respeitar princípios constitucionais como legalidade, impessoalidade, eficiência e moralidade administrativa.

Quando decisões administrativas levantam suspeitas sobre esses princípios, o dano político é inevitável.

O impacto para a economia e para a formulação de políticas públicas

O PIB não é apenas um número. Ele orienta:

- políticas fiscais e monetárias;
- projeções orçamentárias;
- decisões de investimento;
- negociações internacionais;
- classificação de risco do país.

Qualquer dúvida sobre sua confiabilidade contamina toda a cadeia de decisões econômicas.

Ao permitir que o principal órgão estatístico do país seja envolvido em disputas políticas, o governo compromete a previsibilidade, a transparência e a segurança institucional — pilares essenciais para o desenvolvimento.

Um problema de governança, não de gestão pontual

O episódio no IBGE não deve ser tratado como um caso isolado de substituição administrativa. Ele revela um padrão preocupante de enfraquecimento da autonomia técnica em estruturas de Estado.

A centralização política, a substituição de quadros especializados e a desvalorização da expertise são sintomas de um modelo de governança que privilegia controle sobre institucionalidade.

Esse modelo produz ganhos políticos imediatos, mas cobra um preço alto no médio e longo prazo.



Contexto amplo: um histórico de controvérsias e gestão ideológica

As recentes turbulências no IBGE não representam um episódio isolado, mas se inserem em um histórico recorrente de controvérsias envolvendo a atuação de Márcio Pochmann em órgãos estratégicos do Estado. Em relatórios anteriores do Observatório da Oposição, já se alertava para seu perfil ideológico e para sua passagem marcada por [conflitos no comando do Ipea](#), onde foi acusado de aparelhamento institucional, interferência em pesquisas e direcionamento de estudos para agendas alinhadas à sua visão política e acadêmica.

Ainda antes de assumir plenamente o comando do IBGE, Pochmann já havia [defendido publicamente mudanças](#) que reduziram o escrutínio da imprensa sobre os dados oficiais, elogiando modelos autoritários de divulgação estatística e classificando como “arcaico” o sistema de coletivas com jornalistas. Para críticos internos e ex-dirigentes, essa postura representava, na prática, uma tentativa de esvaziar mecanismos de transparência e controle social, abrindo margem para interpretações enviesadas e enfraquecendo a credibilidade institucional.

No comando do IBGE, as críticas se intensificaram. Servidores passaram a denunciar uma [gestão autoritária](#), centralizadora e pouco aberta ao diálogo técnico, além de decisões consideradas de baixa qualidade institucional. Também foram apontados excessos administrativos, reformulações estatutárias sem participação interna e desprezo pelo conhecimento acumulado dos quadros do órgão. Para entidades representativas, esse padrão reproduz no IBGE os mesmos vícios observados no Ipea, agora em uma instituição ainda mais sensível para o funcionamento da economia nacional.

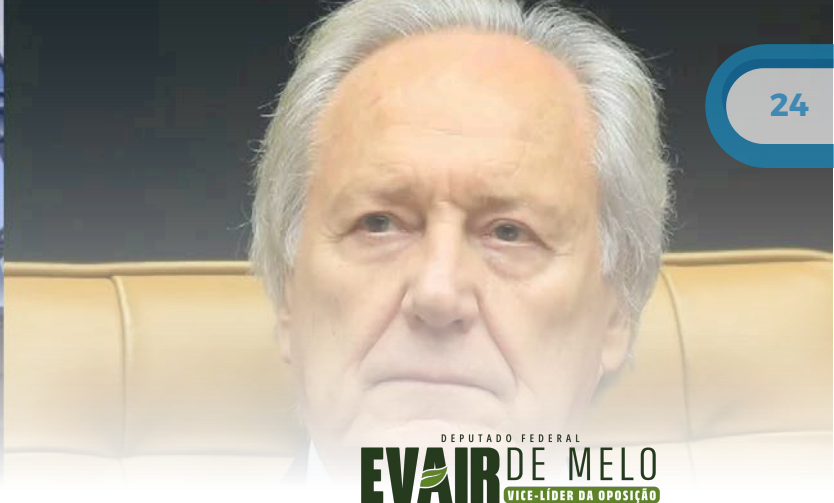
Nesse contexto, a atual crise envolvendo exonerações na área responsável pelo cálculo do PIB reforça a percepção de continuidade de um modelo de gestão ideologizado, personalista e avesso à institucionalidade. Longe de ser um episódio pontual, trata-se de mais um capítulo de uma trajetória marcada por conflitos, desconfiança interna e enfraquecimento da autonomia técnica. O resultado é a crescente erosão da confiança em um dos principais pilares informacionais do Estado brasileiro.

O balcão de negócios entre Lewandowski e o Banco Master, sob a anuência do presidente Lula

A política brasileira atravessa um de seus momentos mais sombrios no que tange à ética pública, materializado na relação espúria entre o ex-ministro da justiça do país, Ricardo Lewandowski e o Banco Master, com a anuência do presidente Lula. O que foi publicado nas reportagens recentes do Metrôpoles, Folha de São Paulo, CNN Brasil e Gazeta do Povo revelaram não apenas falhas administrativas, mas um esquema de promiscuidade financeira que fere de morte a moralidade republicana. Ao aceitar contratos milionários de uma instituição financeira privada enquanto ocupava o cargo de Ministro da Justiça, Lewandowski não apenas ignorou a liturgia do cargo, mas mergulhou o governo Lula em um lodaçal de conflito de interesses e suspeitas criminais que exigem uma resposta rigorosa das instituições de controle.

O recebimento de cerca de R\$5 milhões (montante apurado até o momento da publicação deste relatório) por parte do escritório de Lewandowski, com pagamentos realizados inclusive durante o período em que ele já chefiava o Ministério da Justiça, configura uma afronta direta ao princípio da impessoalidade. É inadmissível que o fiador da justiça, da segurança pública, bem como da aplicação das leis no país mantivesse um “cordão umbilical financeiro” com um banco privado. Essa conduta levanta suspeitas imediatas sobre a natureza dos serviços prestados e se o cargo público não estaria sendo utilizado como moeda de troca ou escudo para interesses corporativos, o que fere mortalmente a Lei de Improbidade Administrativa.





A gravidade do caso ganha contornos de nepotismo estrutural e tráfico de influência com a revelação da Gazeta do Povo sobre a atuação do filho de Lewandowski. A participação do herdeiro do ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ), defendendo interesses de financeiras ligadas ao Banco Master, fecha um ciclo de influência que parece desenhado para garantir êxitos judiciais e políticos a um cliente específico. Esse arranjo familiar, onde o pai detém a caneta do Executivo e o filho opera nos tribunais em favor do mesmo financiador, é um exemplo clássico de como o prestígio público pode ser criminosamente convertido em patrimônio privado.



Apesar do contrato milionário com o Banco Master, o escritório de advocacia do ex-ministro da Justiça não aparece em nenhum processo relacionado à instituição financeira. O contrato rendeu R\$2,6 milhões.

O silêncio e a subsequente defesa pública feita pelo Presidente Lula são atos de convivência que agridem a administração pública federal. Ao minimizar os contratos como "falcatruas" entre bancos ou meras questões profissionais, Lula abdica de seu dever constitucional de zelar pela probidade. Essa postura presidencial não é apenas politicamente desastrosa; é juridicamente comprometedora, pois sugere uma anuência com práticas que, em última análise, corroem a confiança nas instituições e podem ser enquadradas como crimes de responsabilidade por omissão diante de irregularidades flagrantes.

"Lewandowski é um dos melhores juristas que este país já produziu. E todo e qualquer bom jurista é contratado por qualquer empresa que esteja com qualquer dificuldade. E o Lewandowski tinha deixado a Suprema Corte, ele fez um contrato para trabalhar no banco. Quando eu o convidei para vir, ele saiu do banco. Sabe, não tem problema nenhum. Todo mundo trabalha para alguma empresa neste país".



Lula, em entrevista para UOL News.

Juridicamente, a conduta de Ricardo Lewandowski ao manter vínculos financeiros com o setor privado enquanto ministro pode ser tipificada como crime de responsabilidade, nos termos da Lei 1.079/50. Ao não se desligar efetivamente das vantagens econômicas de seu escritório, ele violou o dever de probidade administrativa, utilizando-se da dignidade do cargo para validar recebimentos que, sob qualquer ótica ética, deveriam ser suspensos. O conflito de interesses não é uma sugestão interpretativa, mas uma realidade financeira documentada que macula sua trajetória e compromete a integridade do Ministério da Justiça.

Quanto ao Presidente Lula, sua responsabilidade é indelegável. Ao manter Lewandowski no cargo mesmo diante do conhecimento de tais contratos, o presidente incorre em prevaricação ética e política. O Artigo 9º da Lei de Crimes de Responsabilidade prevê punição para o mandatário que negligencia a defesa da probidade administrativa. A leniência de Lula com o "balcão de negócios" instalado no entorno de seu ministro sinaliza que o governo prioriza a proteção de aliados em detrimento do cumprimento estrito da lei, o que isola o Brasil de práticas internacionais de transparência.

A atuação do filho de Lewandowski em favor do Banco Master no STJ é o elo que completa a corrente da corrupção institucionalizada. O tráfico de influência, previsto no Código Penal, ocorre quando se utiliza da posição ou relação com funcionários públicos para obter vantagens para si ou para outrem. A coincidência de interesses entre o escritório da família e as decisões de Estado é excessiva para ser ignorada, configurando uma situação onde o público e o privado se fundem de forma criminosa, beneficiando um seleto grupo financeiro que financia a estrutura familiar do ministro.

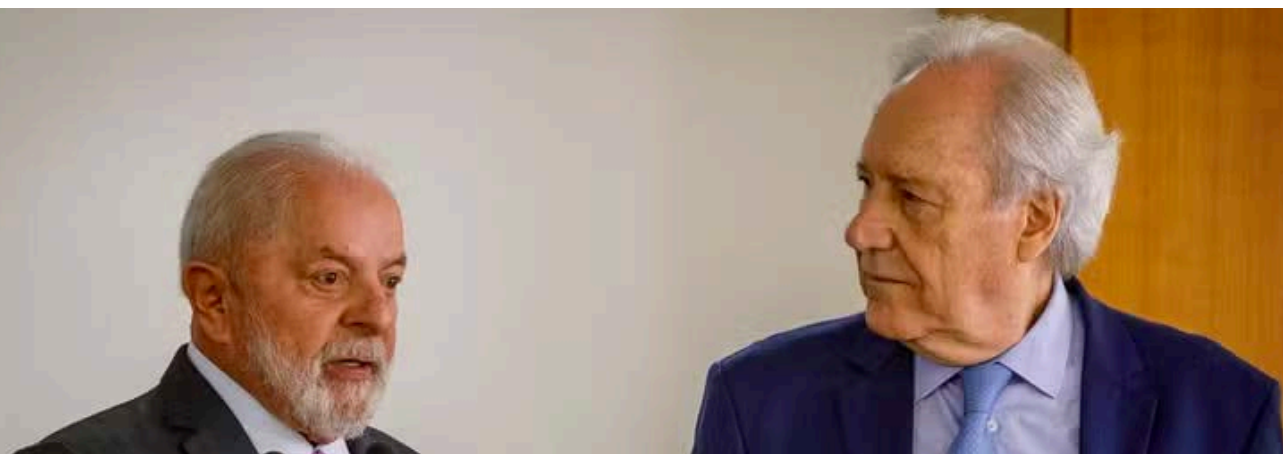
A defesa de Lewandowski, que alega ter prestado apenas consultoria jurídica, ignora que a consultoria a um ente privado por parte de um agente público de alto escalão é, por si só, um ato de improbidade. A Lei 12.813/2013 é clara ao proibir o exercício de atividades que, pela sua natureza, possam gerar conflito com o interesse público. Ao ignorar essa norma, o ex-ministro não apenas cometeu um erro de julgamento, mas possivelmente um crime de corrupção passiva privilegiada, onde o cargo serve de vitrine para a venda de influência e prestígio jurídico.

É imperativo que o Ministério Público Federal investigue o fluxo financeiro entre o Banco Master e o escritório de Lewandowski com a mesma lupa utilizada em grandes escândalos de corrupção do passado. A sociedade brasileira não pode aceitar a "normalização do absurdo". Se um ministro pode receber milhões de um banco enquanto decide sobre políticas públicas que afetam o sistema financeiro, a justiça torna-se uma mercadoria e a Constituição um adereço decorativo. O rigor da lei deve ser aplicado sem distinção de currículo ou proximidade com o poder.

A análise aqui exposta baseia-se em fatos amplamente divulgados pela imprensa profissional. As reportagens sobre as ligações espúrias entre o ex-ministro Lewandowski com o Banco Master, sob a anuência do presidente Lula, atestam a veracidade das transações financeiras e das relações de parentesco. O portal Metrôpolises detalhou os pagamentos de R\$ 5 milhões; a CNN Brasil confirmou a sugestão de líderes do governo para que o banco contratasse Lewandowski; e a Gazeta do Povo expôs a atuação do filho do ministro. Esse conjunto probatório é mais do que suficiente para sustentar um processo de impeachment contra o presidente Lula, por crime de responsabilidade e uma ação civil pública contra o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

A desfaçatez com que o governo trata o caso demonstra uma crença na impunidade. Lula, ao declarar que "o ministro saiu do banco ao aceitar o convite", tenta enganar a opinião pública com uma meia-verdade, pois os pagamentos continuaram a cair nas contas ligadas ao ministro após sua posse. Essa tentativa de desinformação vinda do Chefe de Estado é um agravante moral, pois utiliza o púlpito presidencial para acobertar condutas que, em qualquer democracia consolidada, resultariam em demissões imediatas e investigações criminais profundas.

O Banco Master, beneficiário dessa relação, também deve ser responsabilizado. A utilização de "consultorias" como fachada para a compra de acesso ao primeiro escalão do governo é uma tática velha da corrupção corporativa. Ao contratar o escritório de um futuro ministro da Justiça sob indicação de líderes governamentais, o banco participou ativamente de um



futuro ministro da Justiça sob indicação de líderes governamentais, o banco participou ativamente de um processo de cooptação do Estado, o que pode ensejar punições no âmbito da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), que prevê sanções administrativas e civis para empresas que lesam a administração pública.

A moralidade administrativa não é um conceito abstrato; ela é o alicerce sobre o qual se constrói a legitimidade de um governo. Quando um presidente e seu ministro da Justiça ignoram esses preceitos em troca de vantagens financeiras e familiares, eles perdem o direito de exigir obediência às leis por parte do cidadão comum. O exemplo que vem de cima é de que a lei é um obstáculo a ser contornado pelo poder, e não um limite a ser respeitado. O caso Lewandowski-Master é a prova cabal dessa decadência ética no coração do Palácio do Planalto.

É necessário destacar que o tráfico de influência exercido pela família Lewandowski no STJ não é apenas uma infração ética, mas um crime tipificado que atenta contra a imparcialidade do Poder Judiciário. Ao permitir que seu filho advogasse para seus próprios financiadores perante tribunais que ele próprio integrou e sobre os quais ainda exerce enorme influência política, Lewandowski promoveu um curto-circuito institucional. A justiça brasileira torna-se suspeita quando os laços de sangue e de dinheiro se sobrepõem ao dever de isenção e justiça.

As implicações para a governabilidade de Lula são severas. Ao abraçar Lewandowski e suas práticas questionáveis, o presidente vincula sua imagem a um esquema de favorecimento que contradiz seu discurso de campanha sobre transparência e ética. A convivência com o crime de responsabilidade e com a improbidade administrativa torna o governo vulnerável a chantagens políticas e a um desgaste irreversível perante a opinião pública, que enxerga no caso Master uma repetição dos vícios que o país jurou extirpar.

A conclusão lógica é de que houve uma deliberada violação dos deveres funcionais tanto por Ricardo Lewandowski quanto pelo Presidente Lula. O ex-ministro, por auferir lucros privados de fontes que deveriam ser mantidas à distância republicana; e o presidente, por validar, proteger e incentivar tal conduta. Ambos devem responder pelos crimes de responsabilidade previstos na legislação, sob pena de transformarmos a administração pública federal em uma extensão de interesses bancários privados.

A transparência exige que todos os contratos, datas de pagamento e serviços supostamente prestados sejam expostos ao escrutínio público. A alegação de "sigilo profissional" não pode ser usada como escudo para ocultar crimes contra a administração. O interesse da coletividade em saber como e por que um ministro da Justiça recebeu milhões de um banco privado suplanta qualquer direito individual à privacidade comercial, especialmente quando há indícios robustos de que esses valores serviram para pavimentar caminhos políticos e judiciais escusos.

Reforçamos que o papel do filho de Lewandowski na liberação de empréstimos consignados para financeiras ligadas ao Master, conforme revelado pela Gazeta do Povo, é a peça final do quebra-cabeça. Essa atuação direta em um mercado altamente regulado e lucrativo, enquanto o pai detinha poder ministerial, configura um desvio de finalidade evidente. O uso da máquina estatal e do prestígio familiar para engordar contas bancárias privadas é o ápice da corrupção administrativa, um crime que não pode passar impune sob o manto da "amizade política".

Diante dos fatos, a permanência de qualquer influência de Lewandowski no governo é um acinte. Suas ações ferem o Código de Conduta da Alta Administração Federal e desmoralizam o serviço público. O crime de responsabilidade está configurado no momento em que a conduta do agente público atenta contra o livre exercício dos poderes ou contra a probidade na administração, e o caso do Banco Master preenche todos os requisitos para uma condenação exemplar, tanto na esfera política quanto na judicial.

A relação Master-Lewandowski-Lula é um estudo de caso sobre como a corrupção pode se manifestar através de contratos aparentemente legais, mas moralmente e juridicamente nulos. O Direito brasileiro possui as ferramentas necessárias para punir essas infrações, bastando que as instituições tenham a coragem de enfrentar os poderosos de turno. A leniência de hoje será a semente dos escândalos de amanhã, e o Brasil não suporta mais ser o palco de tamanha desfaçatez com o dinheiro e a ética pública.

A responsabilidade de Lewandowski é clara: ele transformou o Ministério da Justiça em um anexo de seu escritório de advocacia. A responsabilidade de Lula é igualmente límpida: ele permitiu que isso acontecesse e, após a descoberta, atuou como advogado de defesa do indefensável. Ambos violaram o pacto democrático e devem ser responsabilizados pelos crimes de responsabilidade e improbidade que as reportagens aqui citadas tão detalhadamente desnudaram para a nação brasileira.

Não se trata de perseguição política, mas de vigilância republicana. Quando um banco "paga por consultoria" a um ministro, ele não está comprando pareceres, está comprando acesso, influência e impunidade. Quando um presidente aceita isso, ele está vendendo a soberania da ética pública.

A justiça que Lewandowski deveria aplicar aos outros agora deve ser aplicada a ele. O rigor da lei deve ser o mesmo para o cidadão comum e para o ex-ministro. O tráfico de influência e o crime de responsabilidade não podem ser anistiados pelo prestígio de um cargo.

É hora de o Brasil decidir se quer ser uma República de leis ou um oligopólio de amigos, onde o Banco Master dita as regras e o governo Lula executa a partitura do favorecimento pessoal.





RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O acordo com a União Europeia e como o PT sabotou por vários anos o comércio exterior e a indústria de transformação brasileiros

Lula comete uma grosseria com os parceiros do Mercosul e não comparece à assinatura do acordo com a União Europeia no Paraguai. Faz uma cerimônia própria no Brasil para criar a narrativa de seu protagonismo na celebração do acordo, que já havia sido fechado durante o governo Bolsonaro. Durante os 13 anos dos outros governos petistas, Lula, Kirchner e Chávez sabotaram a Alca, não avançaram com a União Europeia e entregaram a América do Sul à China. Mais ainda, deixaram a China solapar a participação da indústria sul-americana nos mercados dos EUA e da União Europeia. Em 2002, as exportações da indústria de transformação brasileira para os Estados Unidos e para a UE correspondiam a 24,1% e 15,7%, respectivamente, do total de exportações brasileiras. Em 2025 esses números foram de 8,7% e 6,8%.

A grosseria e o isolamento de Lula

Em 17 de janeiro de 2026, os líderes dos países que compõem o Mercosul, e de países associados, se fizeram presentes em Assunção, no Paraguai, para a assinatura formal do acordo entre Mercosul e União Europeia.



Estavam presentes os seguintes líderes nacionais ou supranacionais:

Líder	País / Entidade	Espectro político predominante
Ursula von der Leyen	UE (executivo)	Centro-direita / liberal pró-mercado
António Costa	UE (conselho)	Centro-esquerda
Santiago Peña	Paraguai	Centro-direita / conservador
Javier Milei	Argentina	Direita / libertário
Yamandú Orsi	Uruguai	Centro-esquerda
Rodrigo Paz	Bolívia	Centro-direita / social-democrata
José Raúl Mulino	Panamá	Centro-direita / moderado

Observe-se que até o presidente do Panamá, que não é membro do Mercosul, se fez presente para prestigiar o evento. Mas, Lula, que infelizmente ainda é o presidente do Brasil, o maior país do Mercosul, não compareceu. Foi representado pelo seu Ministro das Relações Exteriores.

De acordo com as assessorias do Palácio do Planalto e do Itamaraty, Lula não foi ao evento porque a competência para assinar o acordo era dos Ministros de Relações Exteriores, além disso, o Paraguai teria elevado o evento ao nível de chefes de Estado de última hora. Alegaram ainda questões de agenda.

Mas nada disso impediu que Lula organizasse um evento no Rio de Janeiro, na véspera, com Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, e António Costa, Presidente do Conselho Europeu, para comemorar o acordo. Lula queria criar a narrativa midiática de que era o maior protagonista do acordo. Os líderes europeus embarcaram nesse evento não porque acham que Lula seja grandes coisas, mas porque a União Europeia tem enorme interesse nas reservas de terras raras brasileiras. Nem isso Lula soube explorar. Voltaremos a esse tema mais adiante.

É claro que a festinha particular de Lula e sua ausência em Assunção gerou uma repercussão muito negativa nos demais países membros do Mercosul e na mídia internacional. A grande verdade é que o Mercosul, hoje com predominância de governos de direita, como pode ser visto na tabela acima,

não tem mais graça para Lula. Ele está isolado no Mercosul e nas Américas. Até os bolivarianos da Venezuela mudaram de lado após a prisão de Maduro (ou mudaram de lado antes?).

Se todos os presidentes do bloco foram à Assunção, nenhuma questão de agenda ou regra protocolar poderia servir de escusa para a ausência do presidente do Brasil. Foi uma grosseria pura e simples com os parceiros regionais. O discurso de multilateralismo e de regionalismo de Lula é da boca pra fora, ele só acredita nisso quando convém, quando os parceiros são da esquerda, como nos tempos em que ele se reunia com Kirchner, Evo Morales, Rafael Correa e Hugo Chávez.

Lula nunca teve entusiasmo por acordos comerciais com países ricos, de mercados relevantes.

Se recuarmos no tempo, fica mais claro que Lula não tem protagonismo nenhum no acordo com a União Europeia. Na verdade, o acordo saiu apesar de Lula. Certamente, Trump contribuiu com esse acordo muito mais do que ele.

As negociações entre o Mercosul e a União Europeia foram lançadas em 28 de junho de 1999. No Brasil, o presidente era FHC, um presidente de centro-esquerda com alguma simpatia por iniciativas liberalizantes. A Argentina era presidida por Carlos Menem, que conduzia um governo com aspirações liberais.

Antes disso, em dezembro de 1994, Clinton havia lançado a iniciativa Alca, que tinha por objetivo criar uma área de livre comércio que se estenderia do Alasca à Patagônia. Então, havia em paralelo duas iniciativas que asseguraria acesso privilegiado da indústria brasileiro aos maiores mercados do mundo: os Estados Unidos e a União Europeia.

Entretanto, a partir de 1999 começou a virada esquerdista na América do Sul: Chávez (Venezuela) em 1999, Lula e Kirchner (Argentina) em 2003, Evo (Bolívia) em 2006, Rafael Correa (Equador) em 2007, Fernando Lugo (Paraguai) em 2008. E o que aconteceu com as negociações com a União Europeia e os Estados Unidos nesse período?

Em 2005, durante a IV Cúpula das Américas na cidade de Mar del Plata, na Argentina, a Alca foi enterrada pela articulação entre Lula, Kirchner e Chávez, sob inspiração de Fidel Castro. A Alca foi associada ao imperialismo americano e rechaçada pela retórica esquerdista. Na verdade, a Alca seria uma bela estratégia de integração continental, envolveria 34 países, assegurando vantagem competitiva para a indústria sul-americana no mercado dos EUA em relação aos produtos industriais chineses, que já

começavam a invadir as Américas e sufocar a indústria local. Mas, os líderes da esquerda antiamericanistas sempre tiveram mais simpatia pelos interesses chineses. Com o argumento da proteção à indústria local contra os norte-americanos, entregaram os mercados das Américas aos produtos vindos do extremo oriente.

Num discurso público na “Cumbre de los Pueblos”, em Mar del Plata, em paralelo à Cúpula das Américas, Hugo Chávez, delirante, pulando diante do público esquerdista argentino, gritou em alto e bom som: “¡ALCA, ALCA, ALCA, al carajo!” Todo mundo sabe agora quem se deu mal: Venezuela, Argentina, Brasil e todos os países que enveredaram pelo caminho da esquerda. Crise fiscal, inflação, corrupção, criminalidade, tráfico de drogas, empobrecimento foram o que esses líderes trouxeram para seus países. Maduro, o herdeiro de Chávez, acabou abandonado até por chineses e russos porque não conseguia mais sequer tirar petróleo do chão.

E o acordo com a União Europeia? O PT governou o Brasil por 13 anos e não conseguiu nenhum avanço nessas negociações. É claro, havia dificuldades enormes dos dois lados do Atlântico. Lá, o setor agrícola resistia. Aqui, algumas áreas do setor industrial. Mas bastou o PT cair em 2016 para as negociações ganharem novo ânimo.

A direita defende o livre comércio e a livre iniciativa. Acredita que a liberdade comercial gera concorrência saudável, maior eficiência econômica, ganho de produtividade e qualidade na produção, redução de custos e preços, maior conforto e ganhos para consumidores e maior geração de emprego pela avalanche de investimentos que são trazidos por tudo isso. A esquerda acredita no contrário. Acredita em protecionismo, redução da concorrência, subsídios e economia liderada por empresas estatais. Para a esquerda, acordos de livre comércio ameaçam empresários que vivem à sombra do Estado e os poucos empregos gerados por eles.

Não é de se surpreender que nos 13 anos de governos petistas o acordo Mercosul-UE ficou dormindo. Nesse período, apenas dois acordos de livre comércio foram firmados pelo Mercosul: com Israel e com a Palestina. Outros dois, de concessão de algumas preferências comerciais, foram assinados com a Índia e com a SACU - União Aduaneira da África Austral.



O que está convenientemente esquecido pelo governo e pela mídia por ele teleguiada é que em 28 de junho de 2019 foi anunciada a conclusão das negociações do texto principal do acordo Mercosul-União Europeia (trade deal), sujeito a revisões legais e traduções para os idiomas dos países envolvidos. Sim, Bolsonaro só precisou de seis meses para fechar o acordo! O que Lula agora tenta comemorar em um evento particular, como conquista dele, foi realização de Bolsonaro e de sua equipe de governo! Infelizmente, logo depois de concluído o acordo, veio a pandemia de Covid e, por razões óbvias, tudo ficou paralisado.

Lula só se interessou por esse acordo para fazer mais um gesto antiamericanista. Seu interesse em livre comércio com a União Europeia sempre foi nenhum. O acordo saiu apesar de Lula, graças a um governo liberal na Argentina e no Paraguai, às tensões geopolíticas atuais e ao interesse europeu nos minerais críticos sul-americanos.

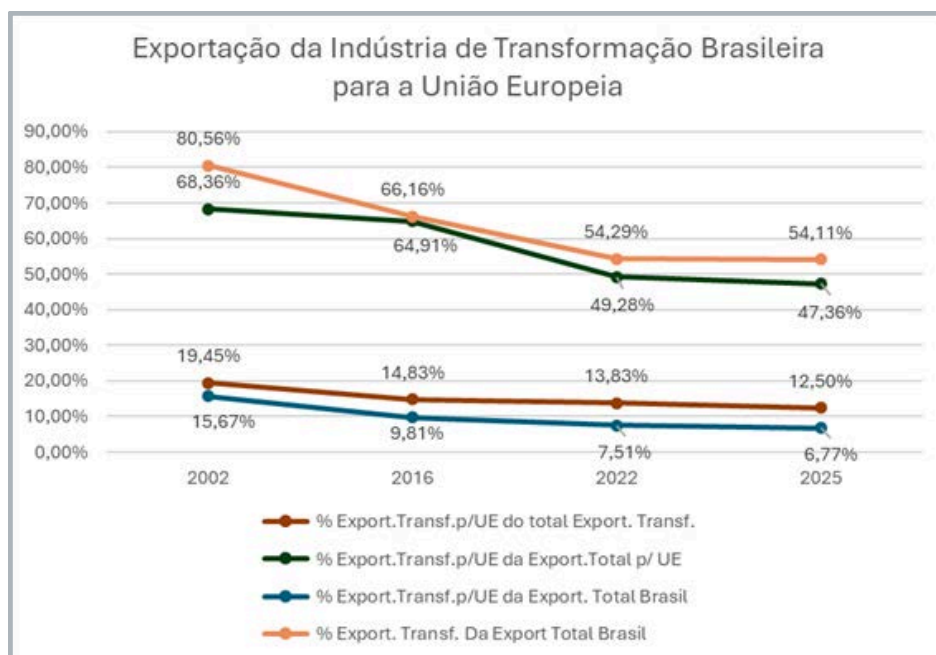
Como a China se beneficiou da resistência do PT à Alca e ao acordo com a União Europeia.

Lula e o PT sempre alardearam que trabalham para que tenhamos mais agregação de valor no Brasil, para que tenhamos uma indústria de transformação mais robusta. Balela, isso é discurso sem resultado. Tudo o que eles conseguiram foi o exato contrário. E isso tem muito a ver com a política de comércio exterior protecionista que eles sempre esposaram. Fazem firula, gastam bilhões com subsídios via BNDES e via Tesouro Nacional, torram centenas de bilhões com incentivos tributários, mas isso só beneficia um punhado de empresários amigos. Geram tamanhas distorções na economia, perda de competitividade sistêmica e desconfiança entre os agentes econômicos que o investimento produtivo privado se retrai. A principal vítima de tudo isso foi justamente a indústria de transformação. Mão-de-obra cara e despreparada, carga tributária elevada, déficits fiscais, pressões inflacionárias, juros altos, corrupção, é difícil fazer uma indústria de transformação competitiva nesse ambiente. E então entra o produto chinês, fim da linha para a indústria brasileira.

Quando Chávez, Kirchner e Lula mandaram a Alca para o túmulo e levaram as negociações com a União Europeia em banho-maria, quem foi para o inferno foram Venezuela, principalmente, Argentina e Brasil. Como veremos abaixo, o que se viu depois disso foi o crescimento avassalador da participação chinesa nos mercados do Brasil, de outros países da América Latina, e nos mercados dos EUA e da União Europeia.

Se a Alca tivesse sido criada e o acordo com a União Europeia tivesse sido apressado, pagando tarifa zero para entrar nos EUA e na Europa, a indústria de transformação brasileira teria uma forte mitigação dos efeitos da concorrência chinesa. Teríamos hoje uma parcela maior desses mercados e uma indústria mais robusta no Brasil. Claro, impedir a entrada dos produtos chineses nas Américas ou na Europa seria impossível. Com mão-de-obra barata, robustos subsídios, câmbio artificialmente desvalorizado e, mais recentemente, ganho de qualidade em seus produtos, nenhuma tarifa, por mais alta que seja, consegue impedir a entrada dos produtos chineses.

Mas, ao invés de tentar assegurar acesso preferencial aos grandes mercados, Lula e seus parceiros da esquerda, dentro e fora do Brasil, preferiram proteger a indústria brasileira da concorrência americana e europeia. Com isso, asseguraram mercado com pouca concorrência para os produtos chineses no Brasil, nas Américas, nos EUA e na Europa. Vejamos com dados o que aconteceu de 2002, último ano do governo FHC, até agora no comércio exterior brasileiro de bens industriais manufaturados, os produtos da indústria de transformação.

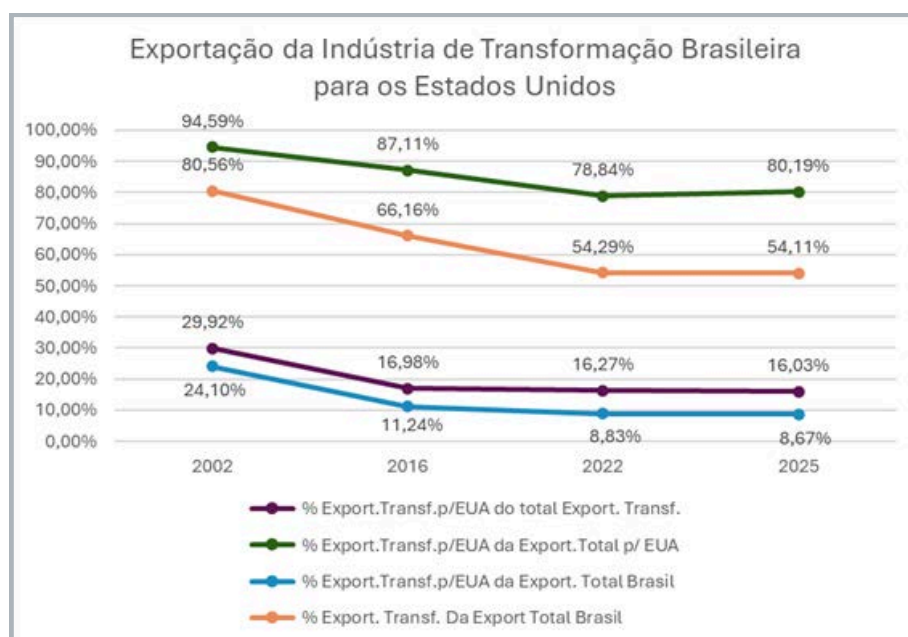


Fonte: ComexStat/MDIC

Em 2002, as exportações da indústria de transformação brasileira para o mundo respondiam por 80,6% das exportações totais do país. Em 2016, ao fim do desgoverno Dilma, esse número era de 66,2%. Hoje ele é de 54,1%.

Agora vejamos como evoluíram as nossas exportações da indústria de transformação para União Europeia e Estados Unidos. Em 2002, as exportações de transformados para a União Europeia correspondiam a 15,7% das exportações totais brasileiras. Correspondiam também a 68,4% do total exportado pelo Brasil para a União Europeia. E ainda, 19,5% do total de exportações de transformados.

Em 2016, esses números já tinham se reduzido para 9,8% das exportações totais, 64,9% das exportações para a União Europeia e 14,8% das exportações de transformados. Em 2025, as exportações de transformados para a União Europeia foram de meros 6,8% do total de exportações brasileiras. Será que o acordo com a União Europeia vai reverter isso? Mais adiante veremos como evoluiu a participação da China no mercado europeu. Antes disso, vejamos como evoluiu nossas exportações de transformados para os Estados Unidos.



Fonte: ComexStat/MDIC

Em 2002, as exportações de transformados para os Estados Unidos responderam por incríveis 24,1% das exportações totais brasileiras. Correspondiam também a 94,6% (sim, você leu certo!) do total exportado pelo Brasil para os Estados Unidos. Praticamente só exportávamos manufaturados para os Estados Unidos, incluindo calçados e aviões. Isso também equivalia a 29,9% do total de exportações de transformados brasileiros. Era uma boa ideia mandar a Alca para o inferno?

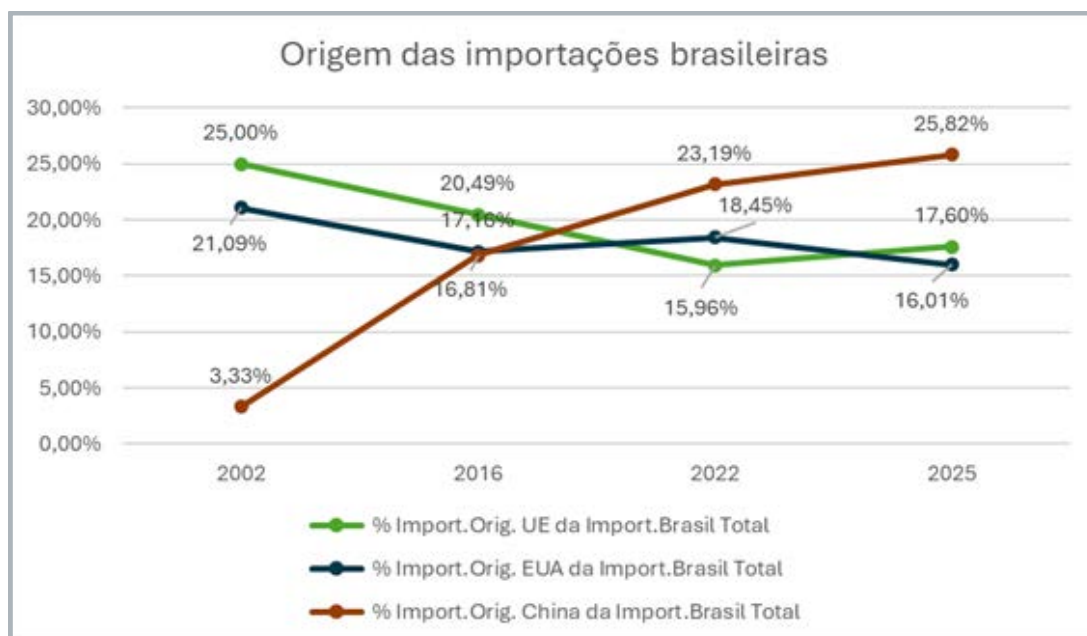
Em 2016, com Alca devidamente enterrada pelos desgovernos de esquerda das Américas, esses números já tinham se reduzido para 11,2% das exportações totais, 87,1% das exportações para os Estados Unidos e 16,9% das exportações de transformados. Em 2025, as exportações de transformados para os Estados Unidos foram de apenas 8,7% do total de exportações brasileiras.



Nosso comércio de manufaturados com os Estados Unidos sempre foi muito mais robusto do que com a União Europeia, por diversas razões: distância geográfica, laços econômicos, maior afinidade cultural entre americanos e brasileiros, interesse geopolítico americano no Brasil, dentre outros. E a economia americana sempre foi mais aberta que a economia europeia, também com taxas de crescimento mais robustas.

Não se trata de defender que um acordo envolvendo os EUA fosse mais promissor que um acordo com a União Europeia. Em tese, um acordo com um mercado mais fechado (União Europeia) traz mais resultado incremental do que um acordo com uma economia mais aberta (Estados Unidos). E devem ser sopesados os fatores relacionados ao comércio de bens agrícolas e serviços. Porém, não se trata de escolher um ou outro, nos interessavam ambos os acordos. Chile e México têm acordos de livre comércio com dezenas de país ao redor do mundo. O Mercosul tem apenas um punhado, de pouca relevância econômica.

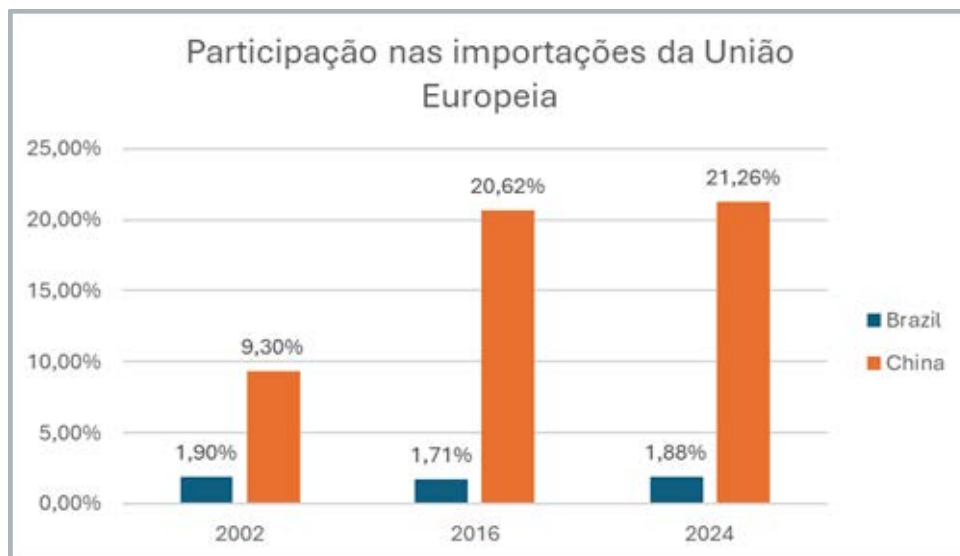
O que se quer chamar atenção aqui é que a Alca não podia ser mandada para o túmulo. Principalmente quando a China estava começando a invadir todos os maiores mercados brasileiros e deslocar as exportações de nossos manufaturados. Talvez o exemplo mais eloquente e doloroso disso foi a derrocada do setor calçadista no sul do Brasil, que dependia bastante do mercado americano e foi substituído pelas exportações chinesas.



Fonte: ComexStat/MDIC

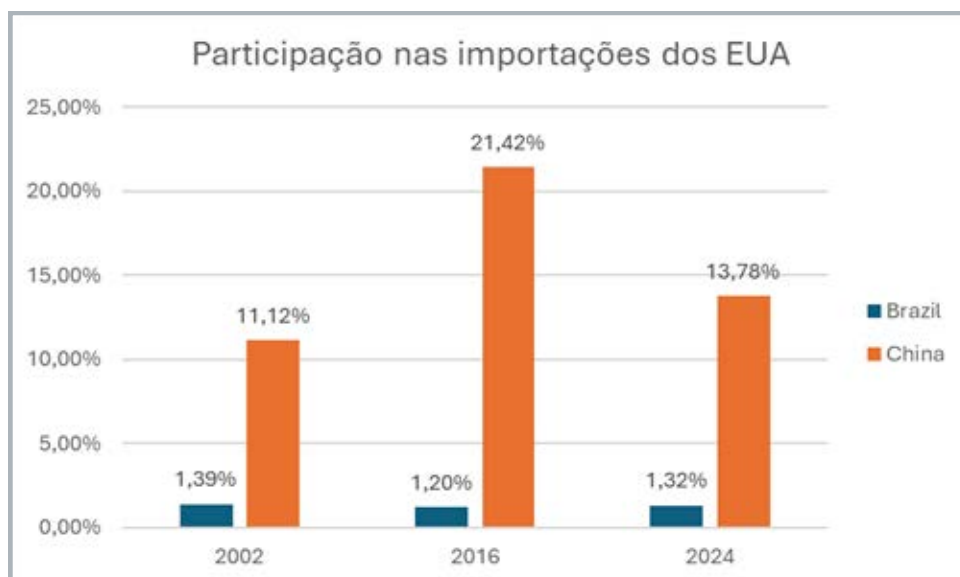
Então, rejeitaram a Alca e enrolaram a União Europeia com medo dos produtos americanos e europeus no Brasil. Em 2002, 25% de todas as importações brasileiras vinham da União Europeia, 21,1% vinham dos Estados Unidos e apenas 3,33% vinham da China. Em 2016, 20,5% vinham da UE, 17,16% dos EUA e 16,8% da China. Em 2025, a China respondeu por 25,8%

das importações brasileiras, enquanto UE e EUA responderam respectivamente por 17,6% e 16%. Claro, americanos e europeus também se desindustrializaram. Incrementaram suas compras na China e deslocaram parte de suas empresas para lá. A epidemia do Covid mostrou como essa estratégia poderia ser altamente perigosa. Mas o ponto aqui é: a esquerda estava tão preocupada em proteger a indústria sul-americana das indústrias americana e europeia, que não percebeu que a maior ameaça era a indústria chinesa, não apenas no mercado sul-americano, mas também nos mercados americanos e europeus, como veremos agora. Na verdade, não é absurdo supor que a esquerda sabia e queria isso.



Fonte: ComexStat/MDIC

Em 2002, a China tinha 9,3% das importações da União Europeia, enquanto o Brasil tinha míseros 1,9%. Em 2025, após algumas oscilações para níveis ainda mais baixos, o Brasil tem praticamente os mesmos 1,9%, enquanto a China tem 21,26% do mercado europeu. Devemos reconhecer que os chineses priorizaram educar seu povo, torná-lo mais produtivo. Lula e o PT priorizaram dar esmola ao povo brasileiro.



Fonte: ComexStat/MDIC

No mercado americano, aconteceu algo ligeiramente diferente. Em 2002, a China tinha 11,1% das importações dos Estados Unidos, enquanto o Brasil tinha míseros 1,4%. Em 2025, após algumas oscilações para níveis ainda mais baixos, o Brasil tem 1,3%. Mas a China, que chegou a 21,4% em 2016, tem agora 13,8%. Os americanos aprenderam a lição da pandemia. Pesam também as tensões geopolíticas. Os EUA buscam se reindustrializar e trazer para países mais próximos parte da produção industrial da qual se abastecem. O Brasil poderia ser forte candidato a ter uma parcela maior do mercado americano, pela proximidade geográfica, pela oferta de energia renovável e por ter uma indústria mais diversa e madura no hemisfério. Mas Lula, que aparentemente tem agora melhores relações com Trump, começou o jogo atacando nosso melhor parceiro comercial. Lula nunca escondeu que prefere os braços chineses.



Fonte: Banco Mundial

O protecionismo de Lula e do PT, combinado com sua política econômica desastrosa, resultou na indústria de transformação brasileira perdendo mercado no Brasil, nos EUA e na Europa. Aliás, em todos os lugares do mundo. Com isso, a participação dessa indústria no PIB brasileiro, que era de 12,36% em 2002, recuou para 10,79% em 2016. Ao final do governo Bolsonaro, havia uma forte recuperação, a indústria de transformação chegou a 13,07%. Voltou o desgoverno do PT e esse percentual voltou a cair para 12,11%. Os dados são do Banco Mundial.



Vamos perder a janela de oportunidade dos minerais estratégicos, mais uma sabotagem do PT

A União Europeia tem uma motivação bastante relevante para buscar o acordo com o Mercosul. Isso vem sendo, inclusive, dito na imprensa. São os minerais críticos e estratégicos. A lista desses minerais é extensa. Tem de 30 a 50 minerais, a depender do país que faz a lista, em geral, países que estão buscando-os pelo mundo. Porém, os minerais mais críticos das listas são o lítio, o cobre, o níquel, a grafita, o cobalto e os elementos de terras raras. Observe que terras raras não significa o mesmo que minerais críticos, aquelas são um subconjunto desses. Não vamos perder tempo aqui com a discussão dos conceitos de minerais críticos ou estratégicos. Não há consenso sobre isso. O que importa é saber por que EUA, União Europeia, China, Japão e Coreia estão se digladiando pelo acesso a esses minerais.

Lítio, cobre, níquel, grafita e cobalto são essenciais para a produção de baterias de veículos elétricos. Se o carro elétrico se tornar o padrão no mundo, a demanda por esses minerais vai literalmente explodir. O cobre também é essencial para a expansão das redes elétricas de um mundo eletrificado. Para atender a demanda projetada por essa eletrificação, vamos ter que minerar muito mais cobre do que já foi minerado em toda a história da humanidade. Arranjar novas fontes altamente produtivas de cobre não é tarefa fácil.

As terras raras, com destaque para os elementos praseodímio, neodímio, disprósio e térbio, servem para a produção de ímãs ultra-potentes. Eles são fundamentais para os motores de veículos elétricos e para aerogeradores. Mas, o que se fala pouco na mídia, e até nos meios especializados nessa matéria, é o fato de que todos esses minerais são fundamentais para as tecnologias bélicas mais avançadas. Sim, esse desespero de americanos e europeus pelos minerais não existiria se eles não estivessem altamente preocupados com o seu suprimento de tecnologias militares.

A China já controla direta ou indiretamente a produção mineral de níquel, cobalto, grafita e terras raras. Porém, o mais grave para americanos e europeus é que a China detém a maior e mais competitiva indústria de processamento e refino de TODOS os minerais críticos, com destaque para o controle praticamente absoluto do processamento de terras raras e grafita. É virtualmente impossível fazer baterias e ímãs sem depender da indústria chinesa.

Assim, existe uma corrida não apenas pelas novas fontes de produção mineral, mas principalmente, pelo desenvolvimento das tecnologias de processamento e refino, de forma a evitar que todos fiquem nas mãos da

indústria chinesa. Entendeu por que Trump quer a Groenlândia?

Entendeu a razão da confusão entre China e EUA sobre terras raras? Os Estados Unidos dependem do seu maior rival para manter a sua própria máquina de guerra!

O Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do planeta, atrás apenas da China. E novos depósitos gigantescos desses elementos foram descobertos nos últimos anos aqui no país. Temos também a segunda maior reserva de grafita e a terceira de níquel. Temos ainda reservas importantes, porém de menor relevância global, de lítio, cobalto e cobre. Já a Argentina tem grandes reservas de lítio e cobre.

Há um outro mineral que fica meio escamoteado nessa discussão, mas que também é objeto de disputa internacional: o urânio. Fundamental para a produção de energia nuclear e artefatos atômicos, é também encontrado no Brasil em depósitos bastante relevantes.

É isso que move a União Europeia nesses últimos anos na busca do acordo com o Mercosul. Para o Brasil há uma janela de oportunidade muito relevante. Não se trata apenas de fornecer os minerais ou usá-los como elemento de barganha em negociações internacionais. Como temos as reservas, temos localização geográfica favorável e abundância de energia renovável para processar esses minerais, o Brasil, em parceria com países que estão buscando alternativa à indústria chinesa, pode sim desenvolver novas tecnologias de processamento e abrigar uma indústria robusta.

Mas até agora Lula não foi capaz sequer de lançar uma política para esses minerais. Primeiro porque lidera um governo sem coordenação interna e sem tomada de decisão. Mas há mais do que isso. Dentro do Planalto, há inimigos declarados da mineração. Agentes da esquerda também trabalham para sabotar o licenciamento dos empreendimentos minerais. O que move essa gente não é preocupação ambiental. Eles querem manter o Brasil na condição de fornecedor de matérias primas para a China.



Considerações finais

Lula não devia mesmo ter ido ao evento em Assunção. Ele é um estranho no ninho do Mercosul. Sempre foi e continua sendo inimigo do livre comércio e da liberdade econômica. Junto com seus companheiros de outrora, Chávez e Kirchner, enterrou a Alca e arrastou as negociações com a União Europeia por 13 anos. Com a sua política comercial protecionista e sua política econômica produtora de pobreza e miséria, destruiu as exportações brasileiras da indústria de transformação. Ajudou a China a ganhar o mercado de manufaturados no Brasil, no Mercosul, nos Estados Unidos e na Europa. O que o PT, apesar de seu discurso mentiroso, consegue entregar é a exportação de bens primários. Mas até isso eles tentam sabotar. **Graças ao PT, o Brasil vai perder a janela de oportunidade dos minerais críticos.** Lula, Lula, Lula al...vai embora Lula!

Por fim, o acordo que ele tentou comemorar sozinho sofreu um último revés. O Parlamento Europeu decidiu submeter o acordo à avaliação do Tribunal de Justiça da União Europeia. O Tribunal avaliará a conformidade de seus termos com o ordenamento jurídico do bloco europeu. Caso a Corte aponte problemas, o acordo não poderá entrar em vigor, a não ser que ajustes sejam feitos no texto. Essa avaliação vai durar em torno de 18 meses...

Enquanto isso, Argentina e Estados Unidos acabam de anunciar um Acordo de Comércio e Investimentos Recíprocos, considerado o mais amplo já assinado pelos argentinos com um país da região. Cria um marco estratégico para aprofundar relações econômicas, reduzir tarifas, ampliar investimentos e facilitar o comércio bilateral. Entre outras coisas, **o acordo prevê que os EUA atuarão, via EXIM Bank e DFC, para financiar projetos argentinos em: Energia, Minerais críticos, Infraestrutura e Tecnologia.**

